



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 083

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE AGOSTO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Caíto Quintana
Líder da Oposição	Elio Rusch
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas.....	Plauto Miró
PT	Pedro Ivo
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Reni Pereira
Bloco PTB/PR.....	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 083

82ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 04

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira..... 06

Dep. Wilson Quinteiro 07

Dep. Douglas Fabrício 08

Dep. Antonio Belinati 09

Dep. Elio Rusch 11

Dep. Tadeu Veneri..... 13

Dep. Jocelito Canto..... 16

Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli..... 18

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 08

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati..... 10

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch..... 12

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 14

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch..... 20

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Discussão/Votação

Redação Final 23

Requerimentos 25

Encerramento da Sessão 26

DIÁRIO Nº 083

82ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 82ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE AGOSTO DE 2010**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Pastor Edson Praczyk e Fernando Scanavaca.

Presenças:

Às 10 horas regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Neivo Beraldin, Pedro Ivo, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (31).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Valdir Rossoni, Elton Welter, Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Enio Verri, Jonas Guimarães, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Plauto Miró, Stephanes Júnior e Teruo Kato (19).

Ausentes com justificativa as Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados Fábio Camargo e Péricles de Mello (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 0981/10-OPD/GP do Sr. Hermas Brandão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Cleiton Kielse, que solicita esclarecimentos sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Não Governamentais (ONGs).

Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 1038/10-OPD/GP do Sr. Hermas Brandão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Neivo Beraldin, que solicita esclarecimentos sobre a empresa PAVIBRAS e o projeto de saneamento ambiental do Paraná - PARANASAN. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 04/08/10.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente na Sessão Plenária do dia 02 do corrente mês, devido ao fato de estar em compromissos em Maringá e região.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Cordialmente,

(a) WILSON QUINTEIRO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2941

Senhor Presidente:

Pelo presente os Deputados Péricles de Mello e

Luciana Rafagnin, REQUEREM justificativa de suas ausências na Sessão que se realizará hoje nesta Assembleia Legislativa, em razão de estarem participando, de audiência com o Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para tratarem do tema, largamente discutido na Assembleia Legislativa do Paraná, o caso VIZIVALI. A referida audiência será realizada hoje às 14 h na Capital Federal.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) PEDRO IVO

REQUERIMENTO Nº 2941 “B”

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 04 de agosto do corrente ano, por estar representando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em viagem ao interior do Estado.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 2937

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Antônio Buiar, ocorrido no dia 15/07/10.

Sr. Antônio, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Foi um piloto da aviação comercial, sonho de infância realizado com muito esforço.

Como agente de propriedade industrial, notabilizou-se, tornando-se uma referência de confiabilidade de bons serviços.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 2938

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Gregório Martinez Sanches, ocorrido no dia 14/07/10.

Sr. Gregório, como era conhecido e chamado por todos deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade, que valorizou as coisas simples da vida.

Empresário do ramo de laticínio, um empreendedor que se tornou um dos maiores empresários do setor.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 2931

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas suas prerrogativas regimentais, vem requerer ao Plenário desta Casa Legislativa para que:

1 - aprove o envio de efusivas congratulações e votos de profícua gestão ao empresário Andre Neuenfeldt Matté, da Cidade de Medianeira, por sua eleição à Presidência da ACIME - Associação Empresarial de Medianeira - para a gestão 2010/2011.

Não poderia ser outra senão esta atitude dos associados da ACIME, conferindo ao ilustre empresário a responsabilidade de um cargo à altura de seus méritos e de sua capacidade.

Com a sua escolha e de seus companheiros de diretoria para o novo biênio à frente da ACIME temos a certeza de que todos os grandes compromissos históricos dessa entidade classista terão continuidade.

2 - aprove o envio de efusivas congratulações ao empresário Celson Adão Dewes e seus companheiros de diretoria da ACIME pela exemplar condução da renomada entidade no biênio 2009/2010. Foi um período muito fecundo de ações empreendidas em favor do desenvolvimento do Município de Medianeira e do Oeste do Paraná.

Caso aprovada a presente proposição, pede-se que dela seja dada ciência ao Sr. Celson Adão Dewes e ao Sr. André Neuenfeldt Matté, via correspondência.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2932

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações a Polícia Militar pelos seus 156 anos.

A Polícia Militar do Paraná foi criada como uma unidade de caçadores, em 10/08/54; com a denominação

de Companhia de Força Policial. A história da Polícia Militar paranaense mostra uma honrosa participação em episódios que marcaram a vida nacional.

Como objetivo de fazer o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Paraná, a Polícia Militar do Estado é a Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Brasil. Seus integrantes são denominados Militares dos Estados, assim como os membros do Corpo de Bombeiros.

A celebração dos 156 anos tem início da data de hoje, com a apresentação da banda da PMPR e contará com outros eventos, missa; parada militar e culto em ação de graças que ocorrerá na primeira quinzena de agosto.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2939

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações a comissão organizadora do 6º Concurso de Canto Ryuuko Omoide no Melody.

O concurso aconteceu no Município de Assaí no último domingo (01) e teve a participação de 225 cantores inscritos vindos de 16 Cidades do Estado do Paraná: Apucarana, Arapongas, Assaí, Bandeirantes, Cambará, Cambé, Cornélio Procópio, Curitiba, Guapirama, Ibiporã, Marialva, Maringá, Londrina, Paranavaí, Rolândia e Uraí.

O evento foi organizado pela Aliança Cultural Brasil Japão do Paraná e Liga Desportiva Cultural Paranaense.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações a comissão organizadora do 10º Torneio José Sato de Softbol.

A competição que aconteceu no último domingo (01) na SAMA (Sociedade de Amigos de Assaí), reuniu atletas de Ibiporã, Londrina, Rolândia e Uraí. No total, foram doze (12) equipes, sendo seis (06) na categoria adulto e seis (06) na superveterano, acima de 60 anos, no masculino e feminino.

O torneio leva o nome do Sr. José Sato, que foi um grande incentivador da prática de beisebol e softbol na Cidade e teve como resultado: na categoria adulto, venceu a equipe de Assaí comandado por Jonny Keiti Matsubara Iryoda. Também foi premiado o atleta Hugo Sato, considerado como destaque da competição. No superve-

terano, recebeu o troféu a equipe de Londrina Imin. O destaque do grupo foi o atleta Francisco Tan.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2933

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Karina Taques Ateliê.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Karina Taques Ateliê, na pessoa de sua fundadora Sra. Karina Taques, que coloca toda sua paixão pela moda à disposição da sociedade, brindando as suas clientes com o que há de melhor na maneira de vestir, buscando atender sempre melhor em ambiente aconchegante, bem localizado e com profissionalismo, trabalhando com produtos de primeira linha com muita fibra e garra.

REQUERIMENTO Nº 2934

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a loja Mehndi.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a loja Mehndi, empresa que realiza sonhos em um mix de produtos com estilo e excelência. Atual e dinâmica, a empresa tem em seu quadro de funcionários, profissionais qualificados, prestando desta forma excelente serviço à comunidade, sendo referência em bom gosto e qualidade, aliados ao requinte dos itens e a funcionalidade de suas peças, estando sempre a frente das novidades, deixando residências com estilo.

REQUERIMENTO Nº 2935

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Unidade de Saúde da Família e o Centro de Especialidades Bairro Novo pelos 10 anos.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Unidade de Saúde da Família e o Centro de Especialidades Bairro Novo pelos 10 anos, que através de uma equipe dedicada e de alta qualidade, realiza atendimentos de enfermagem, médico e odontológico, contando com especialistas nas áreas de clínica geral, pediatria, ginecologia e obstetrícia, cumprindo seu papel de levar o bem-estar à comunidade, desenvolvendo atividades programadas para grupos específicos através do programa Mãe Curitiba, Atenção à Saúde da Criança,

Hipertensos, Diabéticos, Planejamento Familiar, Saúde Mental, Adolescentes e outras como a promoção à saúde e estímulo à prática de atividades físicas e hábitos saudáveis.

REQUERIMENTO Nº 2936

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Mário Fernando Glaser.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Mário Fernando Glaser, um grande empreendedor do Paraná, que adquiriu experiência e se fortaleceu como comerciante e empresário, destacando-se em sua área de atuação. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo. Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade paranaense. Empreendedor e dinâmico, tem em duas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia. Um verdadeiro Guerreiro do Comércio, reconhecido pela Federação do Comércio do Paraná.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 352/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Polícia Militar do Paraná deverá fazer estimativa aproximada e emitir laudo, do número de pessoas presentes em eventos que ocorram em locais públicos, tais como shows musicais, comícios políticos, eventos religiosos, entre outros.

Art. 2º Para que o Comando da Polícia Militar possa enviar pessoa qualificada a fazer a estimativa aproximada do número de pessoas envolvidas, deverá ser comunicado pelo promotor do evento, necessariamente, com antecedência mínima de uma semana.

Parágrafo Único. No comunicado a que se refere o *caput* do presente artigo, o promotor do evento deverá citar o número de pessoas esperadas para o evento.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo sanar dúvidas que se repetem ao final de eventos quanto ao número de participantes. Ao mesmo tempo, tal estimativa servirá para definir contingente de policiais necessário para manter a segurança do evento.

Em face das razões acima expostas, espera-se o apoio dos demais Srs. e Sras. Parlamentares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 353/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Musicarte de Apoio e Incentivo Cultural, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/08/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Musicarte de Apoio e Incentivo Cultural é uma entidade civil, sem fins econômicos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, que tem por objetivo promover a cultura, com ênfase cênico-musical, promovendo a ética, a cidadania, os direitos humanos, a interlocução social e cultural e de outros valores universais.

Esta Associação oferece gratuitamente cursos, oficinas, workshops, aulas e performances de música erudita, dança e teatro às crianças e jovens matriculados na Rede Pública de Ensino da Cidade de Cornélio Procópio, priorizando famílias de baixa renda, com vistas à formação de artistas, produtos culturais e novos públicos.

Para que a Musicarte possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembleia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta casa de Leis.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Srs. Deputados, imprensa aqui presente, os jornais de hoje trazem, com raras exceções, uma notícia sobre a análise de contas do Governo do Estado.

O Deputado Douglas Fabrício, na Comissão de Tomada de Contas, foi um dos que acompanhou o nosso relatório, pela improcedência das contas do Governo do Estado, que vêm se arrastando de maneira irregular há vários anos. Aquilo que é irregular fatalmente vai acabar redundando no que temos hoje exposto em todas as páginas dos jornais. Um rombo de aproximadamente 1 bilhão

de déficit na ParanaPrevidência, sem contar tantas outras irregularidades que são apontadas pelo Tribunal de Contas, quando vêm para esta Casa e que este Plenário aprova ou desaprova. O Tribunal de Contas, quando faz ressalvas, diz o seguinte: a nossa parte nós fizemos, identificamos as irregularidades e segue para o órgão competente julgar. O órgão competente é esta Assembleia Legislativa.

Não é nenhuma surpresa para esta Casa, porque fiz uma questão de ordem na ocasião que votamos a prestação de contas, que estávamos votando de maneira irregular a tomada de contas. Há o artigo do Regimento desta Casa, porque votamos juntas as contas do próprio Tribunal de Contas, do Governo do Estado e, se não me falha a memória, do próprio Ministério Público. Citei o Regimento, fiz uma questão de ordem - está registrado nas notas taquigráficas. Parece-me, Deputado Elio Rusch, vou consultá-lo, V. Exa. que é Líder da Oposição, à disposição da assessoria jurídica para ingressarmos em juízo, pedindo a anulação da votação da última prestação de contas que foi votada neste Plenário, do Governo do Estado. Porque esses erros, essas faltas, que são destaque hoje nos jornais, estavam todas naquelas contas que aprovamos aqui, e de uma maneira equivocada votamos em conjunto contas do Tribunal de Contas e do Ministério Público, de maneira que quem quisesse votar contra uma, não podia, era na mesma votação. Isso, segundo o nosso Regimento, não pode.

Ressaltar aqui as palavras do Heinz Herwig, Conselheiro do Tribunal de Contas, que disse que fizeram ressalvas, mas os problemas não foram resolvidos. Depois fizeram recomendações e passaram a fazer determinações, mas não houve uma solução. Qual o papel que estamos fazendo aqui? Tudo isso que ele está falando corresponde à verdade. Fizeram ressalvas, recomendações, determinaram para parar de fazer aquelas anomalias na condução do dinheiro público e continuaram fazendo.

Então é melhor fechar a Assembleia, fechar o Tribunal de Contas e o Governo que gaste o dinheiro da maneira que queira gastar. Que gaste em publicidade sem anexar onde gastou, como tem nas contas, aquelas que aprovamos aqui.

Quero pedir que a assessoria jurídica da Oposição busque as notas taquigráficas da votação que fizemos das tomadas de contas, porque tem uma questão de ordem que foi feita pedindo a nulidade daquela votação e pedindo que venha novamente para votação, agora separadamente a conta do Governo que já estava irregular desde o ano passado. Quer dizer, aquilo que aprovamos como regular, está aqui a prova cabal que o próprio Tribunal de Contas não aguenta mais tanta determinação, tanta recomendação e o desaforo com o dinheiro público é uma máxima que se estende há 10 anos.

Então, faço esse pedido para o Líder da Oposição, para que a assessoria jurídica busque junto às notas taquigráficas a questão de ordem que foi formulada no dia da votação, e com base no Regimento Interno peça a suspen-

são da votação e o ingresso novamente na pauta, na Ordem do Dia, a votação daquelas contas irregulares. Não se trata, Deputado Romanelli, de falar mal, se trata de fazer o papel que constitucionalmente cabe a esta Casa como cabe ao Tribunal de Contas dizer: está errado. O Tribunal de Contas diz: está errado; e nós dizemos: está certo. Alguma coisa está errada nessa democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro.

Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos paranaenses.

Venho à tribuna para tratar de vários assuntos que entendo de alto relevo para a sociedade paranaense. Uma questão muito importante e que me antecedeu aqui o Deputado Reni Pereira do PSB, tem uma matéria hoje do jornal Gazeta do Povo, que é uma sugestão à indicação do Deputado para convênios, para a construção e até mesmo para que tenhamos, na região de Foz do Iguaçu, clínicas de recuperação de pessoas dependentes químicas. E até estarei dentro desse propósito, também apresentando para a Região Metropolitana de Maringá, que lá temos algumas casas de recuperação, temos também ligadas à Igreja Católica, enfim, várias clínicas que o Governo do Estado muitas vezes não tem ajudado no relevante trabalho que essas clínicas têm feito. Porque são de utilidade pública. Então, a sua indicação que hoje é feita pelos jornais do Paraná, realmente nos traz aqui um grande conceito para que possamos fazer também para a região de Maringá.

Outro assunto que quero destacar a importância, há algum tempo atrás fiz um pedido ao Secretário da Justiça quanto à estrutura, o número de advogados no sistema penitenciário do Estado. E com a resposta hoje, temos dois sistemas e dois quadros, dos estatutários e dos comissionados. Aqueles que não foram por concurso e que estão prestando serviços à comunidade, aqueles que estão cumprindo pena na progressão, porque é um sistema importantíssimo no Estado. E aí vem a preocupação e a necessidade que esta Casa já fez a indicação, por mensagem do próprio Governador, da Defensoria Pública no Estado. Vejam que temos em todo o Estado do Paraná, de advogados que estão no sistema, apenas 18 advogados do quadro de estatutários, aqueles que prestaram concurso. E temos comissionados apenas 30. Estamos com uma deficiência muito grande relacionada à esta questão.

Ontem até foi matéria de discussão aqui na Assembleia a respeito de um convênio que a OAB fez com o Estado do Paraná quanto à constitucionalidade. Temos que deixar esses arremedos. Temos que partir para as definições, temos desde a Constituição de 1988, a Constituição Federal, a Constituição de 1989 feito um foco

importantíssimo da Defensoria Pública, mas ainda estamos nos passos iniciais. Todavia, estamos no caminho para a solução.

E outra questão que me chama muito a atenção - hoje estaremos votando em 1ª discussão um projeto de minha autoria - estudei muito a respeito do Poder Judiciário do Estado do Paraná e do Brasil, Srs. Deputados e paranaenses que nos acompanham, e cheguei à conclusão, como todos nós sabemos, que este modelo do Poder Judiciário já se exauriu. Precisamos de um novo modelo para desafogar o Poder Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, por campanhas que tem pela televisão, tem buscado a mediação e hoje estaremos votando nesta Casa um projeto de alto alcance social que é da recuperação extrajudicial dos créditos ou do crédito do consumidor inadimplente. É um foco, um objetivo de que o fornecedor, de que o credor, o lojista, o comerciante que tem crédito, Deputado Pastor Praczyk, que tem crédito a receber, possa buscar nesse mecanismo da recuperação de crédito a mediação, porque hoje, se for no Judiciário, Sr. Presidente, levamos em média dois anos para ter a primeira audiência, chamada audiência de conciliação. O judiciário está com dificuldade, temos um número até reduzido de Juízes, de servidores.

Então, estou propondo esse projeto que depois vou falar mais a respeito na questão do encaminhamento, no momento oportuno, mas quero chamar à reflexão aqueles que estão nos acompanhando, os juristas, a sociedade paranaense, que possamos fazer do Paraná um Estado modelo nessa questão. Além desse projeto que busca recuperar o crédito do consumidor por meio das associações comerciais, que têm as suas câmaras de conciliação, as instituições já formadas na questão da arbitragem, da mediação, os Tribunais, possamos também, daqui a pouco, estar conversando com o Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça do Paraná. Já conversei com Juízes Federais naqueles casos de processos judiciais de direitos disponíveis, o que possamos estar fazendo uma remessa desses processos à essas câmaras, onde mediadores instituídos possamos estar regulamentando, pacificando, fazendo os acordos, homologando por sentença e remetendo de volta esses processos ao Juiz para que possa até mesmo homologar.

É um novo modelo para que possamos realmente reorganizar o Poder Judiciário. Temos que fazer um replanejamento da divisão judiciária no Estado do Paraná, mas quero convocar, quero convidar à reflexão os magistrados que estão nos acompanhando, os advogados, a Ordem dos Advogados, para que possam buscar nesse modelo realmente um instrumento eficaz para que, no Estado do Paraná, os processos possam ser mais rápidos, a Justiça possa ser mais célere e que possamos realmente ter soluções e pacificação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e é desta maneira que vamos construir um Estado melhor e um País muito melhor do que temos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente na Sessão desta manhã.

Também quero usar da palavra para falar sobre a reportagem que li em alguns jornais, mas vou destacar a reportagem da Gazeta do Povo que trata no tema vida pública, das contas estaduais que aqui já foi falado pelo Deputado Reni Pereira, mas quero colocar também minha opinião sobre isso. *Previdência e Saúde são problemas crônicos no Paraná*. Por várias vezes eu vi o Deputado Elio Rusch falar aqui nesta tribuna sobre esses problemas da Previdência, o Governo não está repassando o dinheiro para o Fundo. Aí vem alguém aqui e discute que sim, que não, e aí vem a resposta: o Ministério Público apresentou lá, bem clara, a desaprovação das contas, e o Tribunal de Contas, ao julgar, teve dois votos contra a aprovação. Se teve dois votos contra aprovação e apenas quatro a favor da aprovação significa dizer que tem problema!

Quero destacar a questão da Saúde em especial. Fala o jornal: *A avaliação anual do Governo do Paraná, feita pelo Tribunal de Contas do Estado, revela ao menos dois grandes problemas crônicos da Administração Estadual que se repetem há anos sem que haja solução, falta de investimentos em Saúde e rombo nos cofres da Previdência do funcionalismo*.

Então, dois setores estratégicos, primeiro a Saúde Pública, que quando fala em Governo a responsabilidade de investir os 12% do orçamento não cumpre! Isso será o mínimo para investir, o mínimo e mesmo assim não investe! Em Saúde estamos falando da vida das pessoas, são pessoas morrendo em filas de postos de saúde, querem fazer um exame, aqueles exames demoram um mês, dois, três, seis meses para fazer um exame! E aqui está o resultado agora da avaliação do Tribunal de Contas: o Governo não investe na Saúde, o que deveria investir e não é porque arrecada mal, o Governo está cada vez arrecadando mais, quando olhamos o orçamento do Estado há sempre previsão de arrecadar mais! No entanto, na Saúde Pública, que é pela lei responsabilidade do Governo investir, não é investido!

Essas contas que agora foram aprovadas com ressalvas pelo Tribunal de Contas, dois Conselheiros votaram pela desaprovação, Heinz Herwig e Jaime Lichinski; pela aprovação, Fernando Guimarães, Nestor Baptista, Artagão de Mattos e Caio Soares, esses aprovaram com ressalvas. No meu modo de entender, o que significa isso? Significa que agora, na hora que vier aqui para a Assembleia, nós Deputados temos uma responsabilidade ainda maior: discutir, cobrar e trabalhar para reprovar essas contas, porque não dá para deixar seguir na vida pública esse tipo de política que discursa: falou que o

pedágio ia baixar ou acabar, não baixou nem acabou; falou que ia melhorar a vida do povo na área da Saúde, está aqui no jornal dizendo, não sou eu que está falando, está dizendo aqui que o Governo não investiu o dinheiro que era necessário para melhorar a vida das pessoas na área da Saúde. Podem fazer um monte de propaganda: “Construímos hospital aqui e ali”, mas essas propagandas ficam só na televisão ou no jornal, porque na prática o dinheiro que tinha que ser investido na Saúde não foi investido!

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

O que mais me chamou a atenção é que quando o Governador Requião foi Governador lá atrás, em 1900 e lá vai pedrada, ele também teve voto contra suas contas lá no Tribunal de Contas, mais uma vez, que ele não é de cumprir a Constituição do Paraná, não é de cumprir o que promete em campanha! Essa é a grande verdade e não sou eu que estou dizendo, está aqui o jornal Gazeta do Povo, Vida Pública: *Contas Estaduais - Previdências e Saúde são Problemas Crônicos do Paraná*. Fala também de outros Governadores, mas eu sou Deputado agora e estou aqui para fiscalizar as contas do Governador de agora. E por isso, se essas contas foram aprovadas com ressalvas pelo Tribunal de Contas, quero pedir aos Deputados que olhemos com muito carinho essas contas na hora de discutir aqui. Espero que discutamos ainda esse ano essa prestação de contas, para que possamos levar ao Paraná o que cada um dos Deputados aqui pensam sobre não investir o mínimo na Saúde do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Caíto, para ouvir, ele representa o Governo.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Agradeço o aparte. Queria lhe colocar que quando V. Exa. lê: “problema crônico”, significa que é uma discussão que se tem há muito tempo, inclusive de outros Governos, a questão da aplicação de recurso em Saúde, o que compõe Saúde e o que não compõe ingrediente de Saúde. Agora, o que acho engraçado é que V. Exa., numa manobra na tentativa de acusar o Governo anterior, faz com que o julgamento de quatro a dois pela aprovação das contas se transforme em alvo de crítica como se tivesse sido rejeitada. As contas ontem foram aprovadas. Quatro a dois é aprovação. Ressalvas acontecem em quase que todas as prestações de contas quando você tem alguma coisa que não está colocada devidamente, mas não compromete, não gera indício de que tenha havido irregularidade, há uma ressalva para que não se cometa novamente. Mas as contas foram aprovadas.

Só peço o aparte porque como o assunto é televisado e o seu pronunciamento tem uma direção certa que é de atingir o ex-Governador Roberto Requião, saiba V. Exa. e os demais que as contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas e serão, sem dúvida, dentro da análise

que for necessária, aprovadas por esta Assembleia, porque nos interessa é votar as contas de Governos que não tenham indícios de corrupção.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço o aparte do Deputado Caíto Quintana, que mais uma vez se esforça para defender o Governo. Não estou atacando ninguém, estou defendendo o povo. O Governador, que entrou como Governador, não investiu o mínimo que era para investir na Saúde, pecou. E pelo seu pecado... Olha as palavras de um Conselheiro: "Fizemos ressalvas, mas os problemas não foram resolvidos. Depois fizemos recomendações, passamos a fazer determinação, mas ainda não houve solução." E sabe como esse Conselheiro votou? Votou contra. Não cumpriram com a lei, votamos contra.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

É o Conselheiro Heinz Herwig?

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

É.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Então está explicado.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Isso aí, estava dizendo agora na Band News, isso aí é piada do Paraná! Esse Conselheiro Heinz Herwig já votou as contas do Lerner irregulares umas 100 vezes. Foi Secretário do Lerner, sempre votou a favor das contas irregulares do Lerner. O Lechinski é outro que não tem moral, não devia nem estar no Tribunal.

Esse cidadão foi o cara que mais desviou dinheiro do Paraná através de publicidade. Isso é a vergonha do Estado do Paraná, um cara dar parecer e votar contra. Um Conselheiro, que quando foi Secretário do Estado, foi o que mais gastou de forma irregular. Isso é a vergonha do Paraná!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço o aparte dos dois Deputados.

Como que esses Conselheiros chegaram lá? Teve aprovação da Assembleia ou não? Teve um que não. Outra coisa: quem recomendou para não aprovar? Não foi o Ministério Público?

Então, Sras. e Srs. Deputados, estamos num debate interessante aqui. Se o Governador levou de quatro a dois, mas levou com ressalva, eu várias vezes votei contra projetos aqui que achava que deveriam ser reprovados, como por exemplo o aumento da energia elétrica, da gasolina, do telefone. Nós perdemos no voto aqui, mas mantive a minha coerência de votar a favor do povo. Quero crer que os Conselheiros que votaram contra mantiveram a coerência de votar a favor do que o Ministério Público recomendou, para não aprovar conta de Governo que não cumpre a Constituição. É isso que estou colocando aqui. Para mim

não interessa quem era lá atrás o outro Governador. Se também errou tem que ser punido, e se o futuro Governador errar também tem que ser punido.

Que história é essa de me engana que eu gosto? Estamos aqui para defender o interesse da população! É para isso que fui eleito e é para isso que estou aqui, e vou continuar até o último dia do meu mandato fazendo com que a Constituição seja respeitada e que as pessoas sejam respeitadas. Porque quando não investe o mínimo na Saúde Pública, um tipo de político dessa natureza não merece respeito da população.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Fiz um apelo ao Líder da Oposição e vamos tentar conseguir votar novamente aquelas contas de 2008, que votamos de uma maneira irregular.

Já que estamos todos em campanha, pedindo voto para vir aqui para ser Deputado, para legislar e fiscalizar, vamos ver quem quer o mandato para fiscalizar. É o nosso papel. Acho que seria oportuno se a Liderança da Oposição conseguisse recolocar na Ordem do Dia a votação de 2008, que foi votado de uma maneira irregular aqui na Casa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

É muito importante, Deputado Reni, V. Exa. chamar a atenção nesse sentido e pedir o apoio do Líder da Oposição, o Deputado Elio Rusch, porque não podemos ficar aqui fazendo de conta. Temos que trazer esse projeto, trazer essa prestação de contas. Aquela que foi aprovada lá atrás e essa agora que foi aprovada com ressalvas. Vamos discutir novamente, vamos mostrar para o povo do Paraná o que queremos que o Governo faça com a Saúde Pública, que é cumprir a Constituição.

O Ministério Público disse e alguns do Tribunal de Contas também disseram: "Olha, o Governo não respeitou a Constituição". Se não respeitou a Constituição, não merece voto de aprovação, em lugar nenhum.

Por isso, Sr. Presidente, aqui temos que trabalhar, defender a Constituição e mais que isso, defender a vida das pessoas. Quando o Governo não cumpre a Constituição para investir na Saúde Pública, e por isso que tem pessoas esperando em filas de hospitais, tendo problema para fazer um internamento, falta de UTIs, etc, no Paraná, é porque o Governador Requião não investiu o que deveria investir na Saúde Pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati e posteriormente o Deputado Elio Rusch.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que acompanham as transmissões desta Casa pela TV SINAL, pela TV MERCOSUL e também pela internet.

Recebo do meu querido amigo Deputado Pastor Edson Praczyk o jornal Folha Universal, aliás, tem uma foto interessante aqui: *Mega projeto que reproduz o grandioso templo de Salomão começa a ser construído no próximo domingo. A obra da Igreja Universal ganha destaque nos principais jornais do mundo, como um grande marco da fé cristã.* Muito obrigado, Pastor Edson Praczyk.

A Folha de São Paulo: *ANAC ignorou queixas contra a Gol.* A Gol, companhia de aviões, aliás acho que deveria existir uma lei que obrigasse autoridades, pelo menos de vez em quando, a andar de ônibus, andar de carro. O Deputado Jocelito Canto vai e volta para Ponta Grossa, já veio até a pé. Agora, tem autoridade que não conhece nem a situação das nossas rodovias, porque andam apenas de avião, de helicóptero ou não aparecem no interior. Aparecem só quando precisam de voto do nosso povo. Então, o fato de ter congestionamento, o problema com a Gol não é tão grave quanto melhorarmos algumas estradas do Paraná. Onde a estrada está pedagiada está boa, está bem conservada. E onde não tem pedágio é uma buraqueira só, provocando até graves acidentes.

A Folha de São Paulo: *A maioria das córneas para transplante é descartada.* Não consigo entender. Tem gente que quando morre um parente, a pessoa não quer de jeito nenhum doar as córneas, os rins, algum órgão para salvar a vida de alguém. Preferem colocar num cemitério, para os bichos comerem tudo. Seria interessante uma sensibilização do nosso povo. Se a pessoa morreu e alguma parte do seu corpo pode ser útil para ser transplantada em alguém, que a família do morto concorde com a doação.

Uma notícia ruim, comentava com toda a nossa equipe de trabalho, no Diário Popular: *Indústria acumula queda de produção, construção civil lidera ranking de geração de emprego.* Na construção civil a situação está boa, estão aumentando os empregos. Se estão construindo, também vai melhorar a condição de habitação do nosso povo. Mas, a notícia ruim é que se na construção civil está tudo bom, na indústria não está bom. Houve uma queda na produção, o que é ruim para os empresários, é sinal de que a loja está vendendo menos. Se a fábrica está produzindo menos, vai gerar menos emprego, vai ter gente que vai perder seu emprego. Se a fábrica está produzindo menos é porque a loja está vendendo menos, o lojista vai ganhar menos, o balconista que vive à base de comissão também vai ganhar menos. Torcemos sempre, não importa de que partido seja a autoridade, mas torcemos sempre para um clima de prosperidade. É muito ruim quando um setor da economia não caminha bem.

Na Folha de Londrina de hoje: *O Brasil, sem segurança digital, pensando na Copa do Mundo. A atual segurança digital oferecida pelo País põe em risco serviços como a telefonia móvel, o transporte, a hotelaria e até os cartões de crédito.* Olhem que coisa impressionante! É uma matéria que temos que ler e meditar, porque

isto pode até atrapalhar o sucesso da Copa do Mundo que será jogada daqui a quatro anos, sendo uma parte dela aqui em Curitiba. A atual segurança digital oferecida pelo Brasil põe em risco serviços como a telefonia móvel, o transporte, a hotelaria e os cartões de crédito. O Brasil teria problemas sérios caso o mundial fosse realizado hoje. Então, temos que melhorar a segurança digital.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Temos uma matéria do jornal O Estado do Paraná, do Dr. Paulo Pimentel: *Tribunal de Contas do Paraná determina uma devassa na ParanaPrevidência.* A ParanaPrevidência é o órgão responsável para guardar o dinheiro público e da servidora pública, para garantir inclusive a sua aposentadoria ou até uma pensão. Então, alguma coisa está cheirando mal, e teriam acontecido irregularidades na ParanaPrevidência. Se a ParanaPrevidência amanhã quebra porque foi mal administrada ou porque houve desvio de dinheiro, que é o dinheiro do servidor público, isso lá na frente pode colocar em risco a aposentadoria do servidor público do Paraná. É uma coisa extremamente grave esse indício de que teriam ocorrido irregularidades na ParanaPrevidência! Tomara que seja tudo apurado, para guardar com chave firme o dinheiro que garante a pensão ou a aposentadoria para o servidor público do Paraná. Não é dinheiro de autoridade, mas é o dinheiro que é descontado do salário de cada servidor público, e esse dinheiro não pode jamais ser desviado.

A Gazeta do Povo traz a matéria: *Previdência e Saúde são problemas crônicos do Paraná.* Problemas crônicos! Entra Governo, sai Governo, entra outro Governo e nada de resolver os problemas da Previdência Social e também os problemas da Saúde Pública, que são problemas crônicos. Diz aqui: *Segundo o Tribunal de Contas, em 10 anos o Governo Estadual não investiu o mínimo obrigatório em atendimento médico por sete vezes.* Então, durante sete anos o Governo do Paraná não investiu nem o mínimo que a lei manda. Nos últimos 10 anos, por sete vezes o Governo do Paraná não aplicou sequer o mínimo em atendimento médico. E também temos aqui na Gazeta do Povo: *Rombo na ParanaPrevidência é outra preocupação recorrente.* É muito grave e está aí o puxão de orelhas. É nota zero para aqueles que não investiram na Saúde aqui no Paraná, pelo menos o mínimo que a lei determina. Já é tão pouco aplicar o mínimo e nem isso eles fizeram.

Concedo um aparte, com muita honra, à Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Obrigada, Deputado Belinati! O senhor é sempre um cavalheiro! Tenho aprendido muito com a sua forma de se comunicar com o seu eleitorado e com a sua sensibilidade para os problemas que afligem o nosso Paraná.

Pedi um aparte muito rápido, lá naquela questão dos políticos usarem o serviço público, que foi a sua sugestão. E só lembrar que tramita no nosso Congresso um projeto de lei do Senador Cristóvão Buarque obrigando os políticos a matricularem os seus filhos em escolas públicas. E parece uma proposta demagógica, populista, sem nexos, casual; mas não é real. Tenho absoluta certeza, e falo isso com muita tranquilidade porque conheço a escola pública, embora os meus filhos, um filho meu esteja hoje cursando uma universidade privada, o outro esteja numa escola particular, eu tenho certeza absoluta, em consonância com a sua fala, se isso acontecesse a escola pública melhoraria muito. Então, a sua sugestão aqui colocada para que os políticos usassem os serviços públicos está em consonância com o projeto de lei do Cristóvão Buarque, que defende abertamente em todos os espaços.

Então, mostrando mais uma vez a sua sensibilidade.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Agora, Deputada Rosane Ferreira, tem o lado bom e tem o lado ruim também. Por exemplo, o Brasil tem político que tem patrimônio de mais de R\$ 1 bilhão. Já falta vaga na escola pública, aí pega um banqueiro, que é o Senador, ou Deputado Federal, e coloca o filho numa escola pública. O que vai acontecer? Vai tirar a vaga...

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Mas na verdade o intuito do Senador Cristóvão Buarque é só fazer com que conheçam as necessidades da escola, a estrutura, e possam fazer com que essa instituição melhore, porque esse é o grande caminho. Não quero plagiar o Senador, mas Educação é tudo e temos muito a melhorar todo o nosso sistema educacional.

Muito obrigado pelo aparte. É sempre um prazer ouvi-lo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Nossa grande líder, futura Deputada Federal, Rosane Ferreira. Bom, creio que talvez até pegando uma carona no Cristóvão Buarque, o Senador, poderia até transformar a ideia, porque o objetivo dele é bom, é nobre. Talvez, ao invés de obrigar o cidadão a usar o posto de saúde pública, que vai tirar a vez de um trabalhador que às vezes chegou às 5h da manhã no posto de saúde, obrigar a todos nós, Vereadores, Deputados, Prefeitos, Senadores, Governador, Ministro, até o Presidente da República, dê ali como presença para o seu mandato, quem sabe passar uma hora por mês num posto de saúde, fazer nós, Deputados, Senadores, chegarmos às 5h da manhã. Seria, quem sabe, um grande caminho para que o Deputado, o Senador, o Presidente, o Governador, o Prefeito, o Vereador, vissem como o povo é mal atendido, porque falta estrutura, faltam equipamentos nos postos de saúde, faltam mais médicos, mais enfermeiros, faltam UTIs. Agora, tem político que é muito provável que se

eleja e passe o mandato todo sem colocar o pé numa escola pública, sem colocar o pé numa creche, num posto de saúde. Então ele fica distante de tudo e não sabe que aquela estrutura pública precisa ser melhorada para poder prestar melhor serviço ao povo.

De Foz do Iguaçu meu querido amigo João Batista. Ele está mandando aqui um e-mail sobre o pronunciamento que fizemos sobre uma autorização que a ANEEL deu para aumentar de novo - uma nova desgraça para alguns Municípios do Paraná - aumentar de novo a conta de luz do nosso povo. Há poucos dias a luz subiu 15%, e agora a ANEEL vem autorizando um aumento de mais 9% na conta de luz. É uma provocação, é uma patifaria, é um desrespeito dessas autoridades de Brasília com o nosso povo. Então, o João Batista está com a razão, ele espera que o Pessuti não implante esse novo aumento aqui no Paraná. Estamos confiantes também que o Orlando Pessuti jamais permitirá essa afronta, essa sangria na já judiada classe trabalhadora aqui do Paraná, porque a conta de luz do jeito que está já está muito além do que deveria estar. Está caro demais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Começo o meu pronunciamento com a seguinte frase: só existe uma coisa que confirme os atos de cada pessoa: o tempo. O tempo é a razão de si. O tempo confirma a veracidade ou desmente as pessoas.

Inúmeras vezes, nós da Oposição, ocupamos esta tribuna, para ser mais preciso desde 2003, quando levantamos a questão do porto de Paranaguá. Denunciamos as irregularidades. O Governo Roberto Requião levou de barriga durante sete anos. Teve que agora, no final, o IBAMA interditar o porto. E confirmou tudo aquilo que havíamos afirmado nesta tribuna.

A questão da FERROESTE, que denunciamos também aqui por inúmeras vezes, dizíamos que o presidente da FERROESTE só fazia discursos, reuniões, palestras agredindo o Governo passado, e na realidade nada se fazia em favor de levar a FERROESTE para os ramais. Efetivamente nada se realizou, e ficou comprovado agora o rombo da FERROESTE.

Quando Líder da Oposição ainda, o Deputado Valdir Rossoni, a questão dos cartões corporativos. Foi confirmado agora pelo Ministério Público na Secretaria da Educação. Fizemos um pedido de informações e nos mandaram toneladas e toneladas de papéis. Lógico que não temos estrutura para apurar tudo isso. Esperamos que o Ministério Público apure e os responsáveis possam ser responsabilizados.

A questão dos precatórios, que levantamos também aqui nesta Casa, a compensação dos precatórios que o Governo do Estado usou para quitar dívidas e o repasse não foi feito para os Municípios. Encaminhamos ao Ministério Público que confirmou que o Governo deixou de recolher R\$ 58 milhões para os Municípios. E tem mais: disse o Ministério Público, através de sua auditoria, que além dos 58 milhões, mais de R\$ 200 milhões não foram repassados para os Municípios de ICMS compreendidos entre os anos de 2002, 2003 e 2007.

Mas o que nos traz a esta tribuna, o fato principal, é a questão da ParanaPrevidência. A ParanaPrevidência, que por inúmeras vezes questionamos aqui desta tribuna, seja através dos nossos requerimentos, seja através das Audiências Públicas, daquela tribuna a Secretaria da Fazenda sempre nos dizia: “Não existe dívida. Como é que o Governo deve para o Governo?” O Tesouro do Estado é um, a ParanaPrevidência é outra. A ParanaPrevidência quando foi criada, em 1998, veio para salvar a Administração Pública do Estado do Paraná. Aliás, foi motivo e objeto de uma grande reportagem de uma das grandes redes de televisão do nosso País, quando diziam que tinha dois Estados que tinham resolvido a questão da previdência dos seus funcionários: um era o Estado do Paraná e o outro, se não me falha a memória, era o Estado da Bahia. Que os Governos haviam criado uma previdência para seus funcionários para salvar as Administrações Estaduais no futuro, porque o administrador público não pode pensar só na sua administração, ele tem que pensar nas futuras gerações e no bem estar da Administração Pública.

Cria-se a ParanaPrevidência no nosso Estado, se antecipa os royalties para capitalizá-lo à época, se vende bens do Estado do Paraná e se capitaliza a ParanaPrevidência. Dentro do Plano da criação da ParanaPrevidência havia um financiamento, que o Governo do Estado tinha que cumprir com ela e suas contribuições seriam mensais. A primeira parcela começaria a vencer em maio de 2003 ou de 2005.

Este Governador que assumiu em 2003, Roberto Requião, não repassou um centavo do financiamento para a ParanaPrevidência.

Quando tivemos as Audiências Públicas analisamos os balanços, que aqui foram feitos. Quando a dívida do Governo do Estado com a ParanaPrevidência era mais de R\$ 1 bilhão - isso há muito tempo atrás - dizíamos que o seu déficit estava aumentando ano após ano. Quando dizíamos este ano, aqui na Assembleia, na tribuna ou em uma das Audiências Públicas, quando falávamos que o déficit técnico acumulado de 2008 para 2009 chegou a 314%, isso foi confirmado ontem, quando o Tribunal de Contas analisou as contas do Governo do Estado.

Está estampado em todos os jornais, hoje, o número de 1 bilhão de déficit. Para mim, esse 1 bilhão é apenas referente ao financiamento do Governo do Estado, que não tem cumprido os demais déficits que existem na ParanaPrevidência.

Existem “n” recomendações feitas. O Conselheiro Heinz Herwig, se não me falha a memória, que foi relator em 2008, quando analisou as contas em 2009, fez as recomendações e determinações ao Governo do Estado em relação à ParanaPrevidência e nada foi cumprido. No ano passado, quando o Conselheiro Caio Soares era relator das contas do Governo do Estado, constatou que nenhuma recomendação e nenhuma determinação feita em 2008 para o Governo do Estado em relação à ParanaPrevidência havia sido cumprida. E mais uma vez o Tribunal de Contas fez as recomendações e as determinações ao Governo do Estado, para não levar a ParanaPrevidência, meus caros paranaenses, na insolvência.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

O caso é grave e merece ser apurado. Ontem, mais uma vez, o Tribunal de Contas analisou as contas do Governo do Estado. O Conselheiro Fernando Guimarães, que tem analisado as contas e feito as recomendações, solicitou uma auditoria externa, porque nem o Tribunal de Contas, dentro do seu corpo técnico, entendo não ter condições de fazer uma análise mais profunda, para que possa ter a isenção total e completa. O Tribunal de Contas, o Presidente Hermas Brandão, haverá sim de contratar uma auditoria externa, com uma empresa de alto gabarito, seja uma Fundação Getúlio Vargas ou qualquer outra empresa, para fazer uma auditoria nas contas da ParanaPrevidência.

O Governo do Estado deve e muito à ParanaPrevidência. E esta não pertence ao Governo do Estado. A ParanaPrevidência pertence aos seus funcionários. Ela foi criada em cima de três pilares: o Fundo Previdenciário, o Fundo Financeiro, para que os funcionários que estão na ativa hoje, e o Fundo da Saúde. O Fundo Financeiro, que seria para os funcionários que já estavam aposentados quando criou a ParanaPrevidência, o Governo do Estado repassa os recursos para a ParanaPrevidência e ela, por sua vez, faz o pagamento para os aposentados. E o Fundo Previdenciário, esse é outro pilar que foi criado em 1998, quando criou a ParanaPrevidência. O objetivo era de aposentar os funcionários que estão na ativa. Mas, se fazia e se faz necessário, além da contribuição dos funcionários, a contribuição patronal.

Além disso, para capitalizar a ParanaPrevidência, para que ela possa ter vida longa, para que ela não venha na insolvência, se fazia necessário, sim, capitalizar, como disse no começo, com ativos, com dinheiro, e se buscou através da antecipação dos royalties para capitalizar a ParanaPrevidência. Buscou-se através de bens do Estado do Paraná capitalizar a ParanaPrevidência. Criou-se uma lei que foi aprovada nesta Casa, o financiamento para capitalizar a ParanaPrevidência. Além da contribuição patronal, além da contribuição dos funcionários, se fazia necessária, sim, que o Governo do Estado cumprisse e

fizesse o repasse mensalmente a partir de maio de 2005. Faz mais de cinco anos que o Estado não recolhe um centavo desse financiamento para a ParanaPrevidência. O que pode acontecer a todos os funcionários, aos professores, na área da Saúde, ao Quadro Geral do Estado do Paraná que estão ligados hoje a ParanaPrevidência?

Estamos vivendo um momento crucial, não agora, nem no ano que vem, nem daqui a cinco anos. Vamos sentir esse furo da ParanaPrevidência daqui a 10, 12, 15 anos, quando não terão mais lastros, não mais terá fundos na ParanaPrevidência para pagar os funcionários que estão na ativa. E o que poderá acontecer com a ParanaPrevidência? Poderá acontecer o mesmo que aconteceu com o IPE. Criou-se o IPE naquela época, como um grande Instituto de Previdência para os seus funcionários. E o que aconteceu com o IPE? A sociedade toda sabe. É a nossa responsabilidade, sim, como Deputados, fiscalizar. E ontem o Tribunal de Contas confirmou, mais uma vez, aquilo que temos levantado sempre aqui na Casa.

Espero que este Governo que ainda está, Orlando Pessuti, que é também funcionário do Governo do Estado, é funcionário de carreira da EMATER, ele hoje não recebe como funcionário porque é Governador, mas temos que ter, sim, a compreensão, precisamos valorizar os nossos funcionários. Mas, acima de tudo dar a garantia para os funcionários na época da sua aposentadoria, que exista dinheiro na ParanaPrevidência. Alguém pode dizer: "Mas o Governo do Estado é responsável." Claro que é! Mas porque deixar estourar a bomba daqui a 10, 15 anos? Vamos continuar contribuindo com a nossa parte.

Espero, com toda sinceridade, que o Tribunal de Contas, aquilo que foi anunciado porque o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, faço um apelo aqui da tribuna para o Tribunal de Contas, para o nosso amigo Deputado Hermas Brandão: não deixe morrer, não ponha panos quentes, não coloque uma pedra por cima disso. Vá em frente, Tribunal de Contas, contratem auditoria externa de uma empresa de alto gabarito para que possa fazer uma auditoria dentro da ParanaPrevidência, para que a verdade seja esclarecida, para que os nossos funcionários que estão na ativa hoje não vivam na intranquilidade, que os nossos funcionários hoje, quando vierem a se aposentar, que existam os recursos dentro da ParanaPrevidência.

Este é o apelo que fazemos, o pedido que fazemos, mas mais uma vez aquilo que denunciamos, aquilo que levantamos e debatemos com a Secretaria da Fazenda nas Audiências Públicas, a imprensa do Paraná estava presente quando questionamos a ParanaPrevidência, e a Secretaria da Fazenda e a ParanaPrevidência queriam nos convencer nas Audiências Públicas que eles estavam corretos e que nós estávamos errados. Mas confirma-se agora, através do Tribunal de Contas, mais uma vez, que estávamos certos, que a ParanaPrevidência está errada, que o Governo do Estado faltou com a verdade com os Deputados e com os funcionários do Estado do Paraná.

E para colocar um ponto final, Deputado Romaneli, espero que o Tribunal de Contas faça essa auditoria, seja com a Fundação Getúlio Vargas ou qualquer outra empresa, e que se esclareça exatamente onde está o furo, por quê aumenta o déficit. Nós levantamos isso aqui, já denunciamos e foi confirmado ontem. Não podia ficar neste momento calado diante da denúncia que fizemos e que se confirma uma após outra com o passar do tempo.

Por esta razão esperamos essa auditoria, sei que vai demorar algum tempo, mas na certeza, na conclusão dos trabalhos dessa auditoria externa, a verdade seja esclarecida e que os funcionários do Estado do Paraná e que cada um vá responder pelos seus atos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última semana estive em Maringá e região, e na sexta-feira a população de alguns bairros de Maringá - os Deputados que são de Maringá conhecem bem - a população dessa região fez uma manifestação pedindo mais segurança, porque eles querem instalação de módulo policial no bairro.

Maringá é uma Cidade que teve sempre um índice relativamente baixo de violência, mas que a exemplo do resto do Paraná e do Brasil, infelizmente, este índice tem aumentado. Mais atuação da Polícia investigativa, ampliação do efetivo policial da Cidade de Maringá, políticas públicas para crianças e adolescentes, jovens. Esse manifesto por mais segurança foi feito pela Associação dos Moradores do Jardim Atlanta, Conjunto Itatiaia, Associação Comunitária do Jardim Liberdade e América, aliás, minha filha mora justamente nessa região também, da Zona 36 de Maringá, e também do mandato do Vereador Humberto Henrique, que é um Vereador extremamente atuante, e quando acompanhávamos, falávamos sobre questão de Segurança, as pessoas comentavam muitas vezes que o problema de Segurança também está ligado ao problema da impunidade, porque a impunidade faz, muitas vezes, com que haja a reincidência.

Eu, naquele dia, me comprometi a trazer a esta tribuna as reivindicações das pessoas que estavam naquela manifestação, vou fazê-lo na segunda-feira, vou encaminhar para que possamos ter, obviamente que dentro das possibilidades, atendidos os pleitos dos moradores daquela região, das pessoas que estão ali e que têm tido, muitas vezes, inúmeros assaltos feitos, inclusive por motoqueiros. Aliás, tivemos contato com algumas pessoas que foram assaltadas três ou quatro vezes, e por uma situação absurda aquele que as assalta passa posteriormente sem capacete para intimidá-las.

Chegamos, Deputado Rafael Greca, ao ponto de as pessoas fazerem o assalto e depois passarem no assaltado para intimidá-lo, para que ele não faça nenhum tipo de manifestação no sentido de eliminar ou diminuir esta violência. Quer dizer, uma violência muito maior do que o simples assalto, que por si só já é uma violência. Mas mais do que o assalto, faz com aquele que sofre a violência ainda tenha que ficar calado.

Os moradores dessas áreas que acabei de citar fizeram uma grande manifestação em Maringá na quinta-feira, estiveram presentes várias pessoas da comunidade, a Igreja, e fiquei pensando sobre a impunidade. Por coincidência, infelizmente, no dia de ontem, dia 3, o Conselho Nacional de Justiça aposentou o Ministro do STJ acusado de vender sentenças. O que tem uma ação como essa de Maringá pedindo mais segurança, pedindo providências com a ação do CNJ? É que enquanto todos nós estamos clamando por mais segurança, por mais ações para que a própria Polícia investigativa possa fazer seu papel, para que tenhamos equipamentos melhores para as Polícias, tanto Militar como Civil, o CNJ, por uma determinação, obviamente legal, aposenta um Ministro acusado de vender sentenças. Vejam o absurdo: o Ministro Paulo Medina estava afastado do STJ desde 2007, sob a acusação de vender sentenças para liberar máquinas de caça-níqueis apreendidas, e o CNJ, na sequência, aplicou a pena máxima prevista na Lei Orgânica da Magistratura e aposentou compulsoriamente o Ministro Paulo Medina. Ora, a pena máxima para aquele que é acusado de vender sentenças, de se beneficiar, de praticar um crime, é ser aposentado com R\$ 25 mil por mês. Essa pena máxima certamente é a pena máxima que todos sonham! Se essa é a pena máxima, imagino o que será a pena mínima! Claro que o CNJ está cumprindo a legislação, e não vai aqui nenhuma crítica por ele cumprir a legislação.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O Ministro Gilson Dipp diz que há fortes indícios que Medina teria segurado um processo para que um réu fosse beneficiado com prescrição de pena. Ora, estamos falando da Corte Suprema do STJ, a mais alta corte que temos no País!

Mais ainda, esse mesmo Ministro ainda teria interferido num concurso para Juiz no Paraná para que um sobrinho seu fosse beneficiado. O Ministro Gilson Dipp está afirmando que esse afastado, Paulo Medina, punido pela pena máxima de aposentadoria de R\$ 25 mil, também interferiu num concurso para Juiz no Paraná.

(Lê):

De acordo com o relator do caso no CNJ, o Corregedor Gilson Dipp, há fortes indícios de que Medina não só recebeu dinheiro para vender sentenças, mas também teria segurado um processo para que um réu fosse beneficiado por prescrição de pena. Teria ainda interferido no

concurso para Juiz no Paraná para que um sobrinho fosse nomeado.

No caso da venda de sentenças, Dipp disse que o irmão de Paulo, Virgílio Medina, era o responsável por intermediar as supostas relações do Ministro com organizações criminosas. A liberação das máquinas de caça-níqueis teria custado entre R\$ 600 mil a R\$ 1 milhão.

De acordo com o advogado de Medina, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, a venda de sentenças nunca existiu. Ele afirmou que o Virgílio teria usado de um expediente “comum” em Brasília, no caso, “a exploração de prestígio”.

Quando vossa fala de divisão para os magistrados não há citação para Paulo Medina. Nós sabemos o flagelo que é a exploração de prestígio. Esse é um flagelo de Brasília (...) Aqui não há materialidade, nem pagamento, nem se cogita pagamento. Houve exploração de prestígio (de Medina por seu irmão), disse.

A denúncia de venda de sentenças veio à tona após a Operação Furacão da Polícia Federal. Devido a ela o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu um processo penal contra o Ministro, que passou a responder pelos crimes de corrupção passiva e prevaricação. O caso, contudo, ainda não foi julgado.

“Aqui (no CNJ) verificamos se o conjunto dos indícios revela conduta incabível e repreensível, não precisamos de comprovação penal para punir (como no STF) (...) Não se pode tolerar dúvida quanto à independência de um magistrado (...) Se Medina retorna (ao STJ) comprometeria a credibilidade do Judiciário como um todo”, disse Dipp.

Com a decisão, Medina, que já estava afastado do STJ desde 2007 devido às denúncias de venda de sentenças, deixa oficialmente a magistratura. Apesar da pena, ele continuará recebendo dinheiro do Governo através de sua aposentadoria.

Ao final do julgamento Kakay disse que irá conversar com Medina antes de decidir se vai recorrer ou não ao STF contra a decisão do CNJ.

Carreira Alvim

O CNJ também aposentou de maneira compulsória o ex-Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), Desembargador José Eduardo Carreira Alvim. Ele é acusado de beneficiar empresas ligadas ao jogo. O Conselho não deixou claro, contudo, em que a decisão afetarà o magistrado, uma vez que ele já se encontra aposentado.

Apesar disso, a defesa de Alvim adiantou que ele vai recorrer ao STF contra a decisão do CNJ.

Uma Proposta de Emenda à Constituição do Deputado Raul Jungmann (PPS-PE) tenta acabar com a aposentadoria compulsória para casos de magistrados acusados por corrupção. Pela proposta haveria a demissão sem direito a remunerações posteriores. A matéria está em tramitação na Câmara, mas sem data para votação.

Ou seja, não pode ser punido com aposentadoria compulsória o ex-Vice-Presidente do TRF da 2ª Região, porque já está aposentado também, senão seria punido também. Punido como? Aposentando, como é a aposentadoria de Paulo Medina. O ex-Ministro Paulo Medina foi punido duramente pelo CNJ, com uma aposentadoria de R\$ 25 mil. E ainda há quem justifique dizendo que ele contribuiu a vida toda para que tivesse essa aposentadoria.

Meu Deus do céu, chegamos a ter argumentos surreais, porque por esta argumentação o Fernandinho Beira-Mar poderia comprar um plano de previdência privada para si e para todos de sua quadrilha e teria que receber aposentadoria normalmente porque pagou por ela, mesmo que esse dinheiro fosse oriundo do tráfico e tivesse origem ilegal.

Quando vejo o Sr. José Eduardo Carreira Alvim fazer esse tipo de ação, isso envergonha, não o Judiciário, envergonha a todos nós. Porque pessoas que têm o privilégio de representar, de ter cargos como têm esses senhores, não deveriam ser aposentados compulsoriamente; deveriam não só perder os bens que adquiriram com o produto de ações ilegais como estar no mesmo local onde estão aqueles que muitas vezes são colocados por terem levado um pé de alface, por terem pegado um xampu, que esses Desembargadores dão 20 anos de cadeia porque pegou um xampu, porque pichou lá a parede do museu, então pega 10 anos de cadeia.

Agora, quando é o Desembargador, o Ministro, aposenta compulsoriamente. Esta e outras situações absurdas é que fazem com que muitas vezes as pessoas desacreditem na Justiça.

Há uma proposta no Congresso Nacional e acredito que nós aqui na Assembleia Legislativa poderemos fazer uma moção para que o Congresso Nacional vote essa proposta que está na Câmara Federal, uma Proposta de Emenda Constitucional do Deputado Raul Jungmann, do PPS de Pernambuco, que tenta acabar com a aposentadoria compulsória para cargos de magistrados acusados de corrupção.

Na segunda-feira, quero apresentar uma moção nesta Casa, para que possamos enviá-la à Câmara Federal, obviamente se assim for entendido, permitido como possível, para que a Presidente da Câmara Federal coloque em votação esse tipo de iniciativa.

É vergonhoso falarmos em República num País onde prendem pessoas quando furtam ou roubam pequenos objetos e punem exemplarmente um Ministro, um Desembargador, com aposentadoria compulsória.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Quero lhe oferecer o meu livro “Verdades e Mentiras dos meus dias de Ministro”, onde relato um pouco do que sofri nas mãos dessa gente ligada aos bingos, com influência no Ministério Público Federal. Lembro que fui muito perseguido por um Procurador chamado Luiz Francisco de Souza, que aliás desapareceu da cena nacional e que me acusava injustamente.

Hoje tenho quase certeza, tenho uma intuição de que as coisas que ele fazia em conjunto com a revista Isto É, contra mim, eram a soldo dos donos das máquinas caça-níqueis, que não queriam controle algum. Como aliás não há controle até hoje no País sobre os bingos e sobre os jogos, exceção feita ao Estado do Paraná.

Esse livro “Verdades e Mentiras dos meus dias de Ministro”, mostra o acerto das suas palavras em querer a purificação da Justiça. Porque por enquanto nós brasileiros, quando vítimas de injustiças vindas do elevado Poder Judiciário, que merece e deve ser respeitado, só contamos com a ajuda de Deus no que Jesus nos assegurou no Sermão da Montanha: *Bem-aventurado os que têm sede de justiça, porque serão consolados e verão a Deus.*

O SR. TADEU VENERI (PT)

Temos visto críticas extremamente duras ao Poder Legislativo. O Poder Legislativo é talvez o mais fiscalizado, o mais visado, tem inúmeros erros, ninguém os nega. Mas quando acontecem situações como essa é colocado do lado avesso.

Agora, quando acontece uma situação quando um Ministro do STF, do STJ, ou um Juiz federal ser aposentado compulsoriamente, sai uma notinha. Não sai manchete nos jornais nacionais, nas principais revistas, não sai em capa, porque talvez tenhamos que mudar essa cultura também.

Queremos sim a fiscalização no Legislativo, dura, queremos que seja feita também em todos os Poderes.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Corroborando com o seu pronunciamento, veja bem, faltou o fecho do seu comparativo com o Fernandinho Beira-mar. Seria diferente o que V. Exa. colocou, o mais sério é que ele tivesse contribuído com o plano e chegasse à aposentadoria e fosse aposentado e não fosse punido pelos crimes sob o pretexto que ele se aposentou. Agora, na questão desse Ministro, tem uma coisa muito séria nisso, que didaticamente é muito séria, porque qualquer outro membro do Judiciário que eventualmente pensasse: “Eu vou dar uma sentença porque isso me dará uma renda favorável”, ele o faria porque estaria se tranquilizando na vida, e qual seria sua punição? Aposentadoria! Quer dizer, percebendo vencimentos do cargo, com mais o que tivesse amealhado, o que lhe causou a punição, não teria condenação nenhuma! Vai para casa com as duas fontes de renda, está tudo bem e fica aposentado, não precisa mais trabalhar!

Quer dizer, isto é um absurdo, realmente, o que está acontecendo! Parabênizo V. Exa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Agradecendo o espaço além do que seria normal, falo que é interessante, porque por uma manifestação feita em Maringá pedindo Segurança, pedindo Polícia investigava, pedindo mais recursos, uma manifestação feita por esses moradores de Maringá, como já falei, do

Jardim Atlanta, Conjunto Itatiaia, Associação Comunitária, enfim, todos aqueles que citei, é que hoje me ocorreu que é uma corporação, numa sociedade extremamente injusta. Enquanto aqueles que têm um pequeno mercadinho, uma pequena lojinha, acabam sendo assaltados e os assaltantes presos pegam 20 anos de cadeia, um Desembargador, um Juiz, um Ministro, é punido com uma aposentadoria de R\$ 25 mil por ter vendido sentença!

Esta é a Justiça que temos e que temos que mudar. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. CHICO NOROESTE (PR) (**Pela Ordem**)

Queria fazer uma questão de ordem a V. Exa. O artigo 189 do Regimento Interno diz: *Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa deste Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou do Ministério Público, serão enviados à sanção, acompanhados da autoria e dos resumos das respectivas justificativas, num prazo máximo de 10 dias, contados da sua aprovação definitiva em Plenário.*

Gostaria de chamar a atenção de V. Exa., que tivemos, eu e o Deputado Antonio Anibelli, aprovado o Projeto nº 585, em data de 16 de junho, e está parado nesta Casa de Leis desde essa data. Já se passaram 46 dias aproximadamente, e por se tratar das obrigações regimentais e ser um projeto de uma importância muito grande, que tenho certeza absoluta é em defesa da família, aquele projeto que proíbe os veículos dos meios de comunicação, especialmente os jornais, de divulgarem serviços de prostituição, é um projeto em defesa da família. Gostaria que V. Exa. pudesse cumprir o Regimento Interno e enviasse esse nosso projeto para sanção do Governador Orlando Pessuti, para que seja sancionado imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pode ter certeza, vou providenciar isso imediatamente.

Concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos assistem pela televisão, em casa.

Hoje vou continuar tratando desta questão que envolve as contratações irregulares do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Só lamento, Presidente Nelson Justus, que a nossa imprensa do Paraná não dê a devida atenção a esse caso. Vejam, estamos diante de uma grande irregularidade cometida pelo Tribunal de Justiça do Paraná, que tem por obrigação julgar principalmente a nós, agentes públicos, agentes políticos, e que muitas vezes nos condena por pequenos erros administrativos. Senão, vejamos. Vou dar aqui um exemplo, e pediria aos acadêmicos das universidades, dos cursos de Direito que

estão me assistindo, que pesquisem a situação que vou colocar agora. O Tribunal de Justiça, segundo o CNJ, é o sexto Tribunal do País com mais comissionados irregulares, pagando fora de função. Uma verdadeira farra!

Vejam os dois pesos e as duas medidas do nosso glorioso Ministério Público do Estado do Paraná. Quando falo que os Poderes se dão bem, que um protege o outro, alguns me criticam: “Mas não pode falar isso!” Mas um Poder protege o outro.

O Deputado Elio Rusch falou agora que a Parana-Previdência está quebrada e que o Governo é responsável. Mas espera aí, eu vi nesta Casa o Dr. Munir, que foi Desembargador, dizer que foi obrigado a implantar o aumento dado ao Ministério Público que ele não queria dar na ParanaPrevidência. Estou aqui com um caso que é para discutir. Quantos cargos irregulares no Tribunal de Justiça? Muitos, muitos e muitos. Daria muito mais do que um “Diário Secreto”, daria uma “Revista Secreta” se a imprensa tratasse o Tribunal de Justiça como tratou a Assembleia Legislativa.

Querem ver um exemplo? Fui Prefeito e um caso chamou a atenção deste Estado quando o então Deputado Aníbal Khury colocou um policial à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa. Ele quis colocar um policial para acompanhar o jovem Prefeito Jocelito naquela época, porque ele queria que acompanhasse. Não pude dizer que não, porque o Presidente da Assembleia mandou um policial se apresentar a mim e dizer: “Olha, por determinação do Presidente da Assembleia, estou aqui para lhe acompanhar. Lá estava o policial. Em função de o policial ser de Ponta Grossa, da amizade que tenho, da minha simplicidade e a do policial, viramos amigos de no fim de semana jogarmos bola, de participarmos de eventos e ele sempre esteve comigo, sendo que eu nunca precisei de segurança na minha vida. Nunca! Mas o jovem policial Tadeu andava comigo e ajudava na Prefeitura também em alguns episódios. Ele era um cara que estava sempre ajudando a Prefeitura e não só o Prefeito Jocelito. Bem, em função disso eis que um membro do nosso glorioso Ministério Público, vigilante, atento às ilegalidades, resolve fazer uma ação dizendo que o Prefeito estava usando indevidamente um servidor. Pronto, lá vai ação criminal e ação civil. A dita cuja ação penal, a criminal, rodou, andou, foi até Brasília. Lá eu quase perdi o meu mandato de Deputado, porque lá se julgaria que teria que cassar o mandato por eu ter tido um policial à disposição.

Bem, graças a Deus que lá em Brasília um Procurador muito sério, muito correto, anulou tudo, suspendeu a ação e acabou. E quem me condenou aqui no Paraná foi exatamente a minha amiga, amiga do Deputado Greca também, a Desembargadora, hoje Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, a nossa querida Regina Portes, amiga do Greca. Qualquer hora eu digo por quê é amiga do Greca, é para o povo saber de onde vem a amizade, mas amizade boa. Enfim, ela me condenou, e em Brasília eu anulei a decisão dela, anulou, como dos bingos, Deputado Greca. Como é duro a gente ser atacado quando não

deve, é duro. Mas lá acabou. Mas a ação civil prosseguiu, começou em Ponta Grossa com o Juiz me condenando a uma multa. Mas o valoroso Ministério Público, vigilante, resolveu recorrer, recorreu aqui para Curitiba, e o Tribunal de Justiça, que não faz nada de errado, me condenou, mudou a sentença e me condenou a perder o cargo público, me condenou a devolver os valores que o policial ficou, e mandou também me deixar, por três anos, inelegível. E por esse motivo eu fui para o ficha limpa, um desses motivos é que eu estou no ficha limpa. O Tribunal de Justiça fez isso. Claro que eu recorri, está em Brasília aguardando decisão.

Aí eu pergunto aos acadêmicos de Direito que estão me assistindo, pergunto ao Presidente da OAB: Presidente, qual é a diferença de um policial cedido a um Prefeito e de mais de 22% dos cargos do TJ em situação irregular? E não sou eu quem está dizendo, quem disse é o CNJ, quem disse foi o Ministro que assina lá, o Ministro Dipp, que mandou agora para casa o Ministro.

Então, senhores jovens estudantes, peguem o meu caso e analisem o que é o Poder Judiciário no Estado do Paraná. Por que é que ele tem dois pesos e duas medidas? Perguntem ao Ministério Público do nosso Estado, aos nossos valorosos promotores, por que é que contra mim cabe, por exemplo, uma ação, cabe ainda um recurso? Já tinham me condenado a pagar uma multa, já estava bom. Não: “Vamos recorrer, vamos ferrá-lo. O Jaime Lerner mandou, vamos pegá-lo”. O Jaime Lerner mandava no Ministério Público, afinal deu até um prédio de presente para eles, pegou um prédio, patrimônio público do Estado, e deu ao Ministério Público. “Pega aquele Prefeito lá e arrebenta”. Pronto, está aí a prova que as coisas existem. Mas esse mesmo Ministério Público de hoje não tem coragem de fazer o mesmo que fez comigo como Tribunal de Justiça. Por que não tem? Porque não tem, porque tem o rabo preso. Claro! Tem o rabo preso sim! Senhores do Ministério Público, vocês têm o rabo preso com o Tribunal de Justiça. Têm sim! Porque senão vocês fariam uma ação nos mesmos moldes que fizeram contra mim por um policial militar à disposição. Mas vocês são medrosos! Vocês têm coragem de entrar na Assembleia Legislativa no sábado à tarde, mas não têm coragem de fazer uma ação contra o Tribunal de Justiça. Porque têm o rabo preso, gastaram além do orçamento, porque têm funcionários ilegais, porque a ParanaPrevidência tem problema. Contestem-me, Ministério Público! Digam que eu estou errado! Venham a esta Casa debater conosco! Não têm coragem! Vocês têm coragem de vir aqui no sábado arrombar a porta da Assembleia Legislativa, mas não têm coragem de entrar na porta principal do Tribunal de Justiça e fazer uma ação contra os cargos irregulares, contra o superfaturamento do prédio, que foi o maior roubo da história do Paraná e que vocês não se levantam. Vocês se levantam contra os pobres dos Prefeitos do Paraná! Os pobres e não as máfias que dominam este Estado! Por isso no dia que se fala de justiça, eu deixo para ser analisado pelos senhores do Paraná.

Quero dizer aqui que não quero sempre dizer que todos são corruptos, não. Como não aceito quando falam de nós. Tem gente boa no Tribunal de Justiça; tem gente boa no Ministério Público. Mas os que comandam o poder neste momento não têm coragem de fazer o que fizeram contra mim, recorrer uma decisão de um Juiz de 1ª Instância, multa-se o Prefeito. A multa é boa. É uma punição por um erro que o Prefeito não cometeu, mas que tem que ser punido. Agora, recorrer para cassar os seus direitos políticos por um único funcionário, que não causou prejuízo a nada, merece ser aquele político cassado e perder os seus direitos. Isso é o ficha limpa, Presidente da OAB.

Queria aproveitar e perguntar ao Presidente da OAB: Não vai fazer nada com esses cargos irregulares do Tribunal de Justiça? Ou não tem peito para fazer isso? Ou só tem peito para fazer contra nós, os Deputados do Paraná? Acho que o senhor não tem, não! Acho que o senhor não tem e não terá.

Muito obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, fui questionado ontem pelos veículos de comunicação e ouvi o pronunciamento do Deputado Tadeu Veneri com relação à PEC que trata da possível não reeleição da Mesa. Como sou relator dessa PEC, em conversa com o Presidente da Comissão, entendemos por bem buscar um parecer da COPELEGIS, porque existem várias tendências nas emendas apresentadas à proposta. E queremos que essa PEC possa ser apreciada dentro da melhor transparência possível e dentro da simetria que trata a Constituição Federal. Por isso, para nos balizarmos melhor, estamos encaminhando um pedido à COPELEGIS que nos dê um parecer para estarmos extremamente balizados e definirmos, com a maior clareza possível, transparência e tranquilidade com relação a essa PEC.

Era essa informação que gostaria de dar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero aproveitar a oportunidade, Deputado Traiano, porque na terça-feira vamos votar a Lei da Transparência, que veio para esta Casa eivada de erros constitucionais, conforme sabemos. Portanto, é importante que os Srs. Deputados, na segunda-feira, preparem as emendas, para que na terça sejam apresentadas, para que seja corrigida, principalmente pelo relator Deputado Romanelli, para que possamos votá-las o mais rápido possível, mas com as devidas correções feitas pela CCJ e pelos Srs. Deputados. Da mesma maneira como esta PEC será discutida - parece-me que V. Exa. aguarda pronunciamentos do Poder Judiciário ou do Ministério Público - acho importante não deixarmos isso no esquecimento.

Pela ordem, o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Colaborando com o seu raciocínio, quero apelar à Assembleia para que preste muita atenção, porque não se

pode fazer do processo legislativo um processo de mídia, ou de mera satisfação da volúpia de alguns donos de jornais, ou aquilo que pede a mídia, através da opinião pública.

Há um tempo para se buscar a verdade, para a correção constitucional, que não é exatamente o tempo da falsidade das versões, que não correspondem à verdade dos fatos. Essa mídia em tempo real, essa cobrança e também a proximidade das eleições não podem permitir que a Assembleia incorra em inconstitucionalidades.

A Assembleia já cedeu uma vez quando aboliu as votações secretas, essa conquista dos Parlamentos desde o ano 1000, quando no Parlamento inglês os Deputados e Lordes Senadores da época conseguiram uma votação secreta, como uma vitória do povo. Foi feita uma revolução para que houvesse a votação secreta, exatamente para libertar os Parlamentares do Rei.

Agora, votamos tudo em aberto. Houve discussão na nomeação do Conselheiro para o Tribunal de Contas, Maurício Requião, sobre a constitucionalidade da votação do seu nome, em aberto. Fez-se isso para ceder ao modismo e ao apelo mediático. Agora, é preciso prestar atenção, e apelo ao Deputado Romanelli e a todos os Deputados, para que a Lei da Transparência, a pretexto de ser transparente, não seja tão transparente que acaba furada, e furada sem eficiência.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Respondo à questão de ordem de V. Exa., Deputado Rafael, que aliás o cumprimento.

Tenho sido a prova viva de que, se a verdade tem preço, eu pago o preço e tenho pagado esse preço. Não vou me submeter, em hipótese alguma, a vontades de quem quer que seja, para apreciar esta ou aquela matéria. Temos, sim, que apreciá-las dentro do equilíbrio, do bom senso e com constitucionalidade.

V. Exa. pode ficar tranquilo, porque não vamos cometer aqui nenhuma gafe jurídica ou constitucional, por vontade de quem quer que seja.

Grande Expediente:

Com a palavra, Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Ouvi hoje aqui um discurso proferido pelo Líder da Oposição, Deputado Caíto Quintana, que traduz um sentimento, na minha avaliação, de revanche. Por que de revanche? Porque ontem vimos o Tribunal de Contas aprovar as contas do Governo, relativas ao exercício de 2009, em que dois Conselheiros votaram contra. Até me surpreendeu. É uma decisão que entendo apropriada, justamente a independência do Conselheiro faz com que ele

possa exercer, do ponto de vista daquilo que rege a Constituição, com suas prerrogativas.

Agora, não procedem as informações dadas e muito menos o discurso formulado pelo Líder da Oposição. Quando o Deputado Elio Rusch aqui nesta Assembleia era Deputado que dava sustentação ao Governo do Jaime Lerner, no dia 31 de dezembro de 2002, a ParanaPrevidência, que tem dois fundos, um que faz as pensões, aposentadorias e pecúlios e o fundo previdenciário tinha R\$ 400 milhões. Apenas R\$ 400 milhões. Sabem quanto que tem esse Fundo agora em ativos líquidos? Cinco bilhões de reais, Deputado Elio Rusch. É o maior patrimônio líquido de um fundo de previdência pública, essencialmente público que temos em nosso País.

Ao mesmo tempo, quem paga as aposentadorias dos servidores hoje? O fundo financeiro. Ele paga todo mês, o Estado, o Tesouro. Ao invés de fazermos qualquer outra coisa, todo mês o Governo do Estado coloca R\$ 160 milhões para pagar as aposentadorias. Dinheiro que sai do Tesouro e sai do fundo previdenciário, R\$ 42 milhões. Assim, se paga 202 milhões por mês, que é pago para aquele servidor público que depois de prestar relevantes serviços à sociedade, passa a gozar da merecida aposentadoria.

Algum dia correu o risco de não se receber aquilo que é devido? Não. Algum dia vai correr o risco? Também não. Porque o garantidor é o Tesouro. A verdade é que esses mecanismos criados, fundo financeiro, fundo previdenciário, isso é fruto de um modelo de Estado neoliberal, porque em última análise quem tem que pagar a conta mesmo é o Governo do Estado. Está na lei que criou a ParanaPrevidência.

Efetivamente, os R\$ 5 bilhões que temos hoje em títulos públicos federais, Deputado Elio Rusch, todos eles, lá no Banco Central é ativo líquido. Cinco bilhões no caixa. O senhor sabe, Deputado Elio Rusch, quanto tivemos de superávit financeiro em 2008 na ParanaPrevidência? Seiscentos milhões de reais. Quanto tivemos em 2009? Setecentos milhões de reais. Ora, o que o Deputado Elio Rusch vem falar, e obviamente que é maravilhoso colocar nas manchetes de jornais, “rombo de 1 bilhão na ParanaPrevidência”, é mentira! Não tem rombo nenhum! O que há, de forma bem objetiva: no Paraná cresceu a massa salarial. Agora, respeitamos o servidor, pagamos salário muito superior, Deputado Elio Rusch, do que foi pago na época em que o senhor aqui dava sustentação ao Governo do Jaime Lerner. Agora o servidor ganha salário e os servidores felizmente estão vivendo mais.

O que estamos, na verdade, discutindo, é um déficit atuarial, ou seja, temos que, pela projeção matemática, pelas mudanças que temos no perfil do servidor que está vivendo mais, que ganha mais, que temos mais servidores, estamos, efetivamente, tendo que discutir a votação e esta Assembleia vai ter que discutir o novo plano de custo justamente para o sistema previdenciário do Estado.

Agora, não tem rombo nenhum de 1 bilhão, não tem prejuízo nenhum; ao contrário, temos superávit e

temos uma ParanaPrevidência enxuta, bem administrada, temos lá um Conselho de Administração que é integrado por representantes de todos os Poderes do Estado e do Ministério Público.

Temos na gestão, hoje sob a presidência do Desembargador Munir Karam, absoluta segurança naquilo que estamos fazendo, e o que vamos ter que fazer é justamente com base nos estudos que foram desenvolvidos pela ParanaPrevidência, que nós sabemos, é um órgão de gestão a ParanaPrevidência. O que tem natureza jurídica e o que é de fato vale é o fundo financeiro e o fundo previdenciário. Esses dois fundos são fundamentais. A ParanáPrevidência é um órgão de gestão que está enxuto, funciona direitinho, não tem nenhum prejuízo. Ao contrário, tivemos superávit financeiro. Não dá para falar em lucro, que seria a palavra para poderem todos entender, mas se fosse uma empresa privada, vamos chamar assim, a ParanaPrevidência em 2009 teve um lucro de R\$ 700 milhões, mas chama-se superávit financeiro na estrutura pública.

Ao mesmo tempo, estamos cumprindo a atual meta atuarial, o Governo e a ParanaPrevidência estão cumprindo a atual meta. Então, não temos absolutamente nada de diferente em relação a isso e essas interpretações, na verdade, são feitas de pessoas que estão descoladas daquilo que é o mundo real da ParanaPrevidência, e eu lamento esses relatórios, faz os relatórios e aí vem as explicações e as notas.

Na verdade é o seguinte: mundo real qual é? É pagar todo mês a aposentadoria. O Governo está pagando? Está pagando. Todo mês paga aposentadoria. Ninguém ficou um dia sequer sem receber a sua aposentadoria. Ao mesmo tempo, tem quanto lá na poupança da ParanaPrevidência? Cinco bilhões de reais. O resto, Deputado Elio Rusch, é discurso inflamado em véspera de eleição, e diga-se de passagem, o servidor público sabe muito bem que no Paraná estamos muito bem gerenciados em relação a isso.

Mas, Sr. Presidente, quero aqui dizer o seguinte: eu vim à tribuna, Deputado, desculpe, acabei exercendo *ad hoc* as suas funções, mas quero dizer o seguinte, quero fazer um apelo: não é possível que nesta Casa possamos deixar de votar uma lei importantíssima por pressão de segmentos que, às vezes, fico me perguntando que País é este. Temos uma lei, uma mensagem do Governador Requião, que tem sido reiterada para ser votada pelo Governador Pessuti, que é de estabelecer por lei que empresa prestadora de serviço, para poder licitar no Estado, tem que pagar no mínimo o piso do salário-mínimo regional. No caso que estamos falando é do grupo 2, ou seja, o salário do servidor, inclusive desses servidores que trabalham aqui na Assembleia, da Higi Serv, por exemplo, para todo mundo entender o que estou falando, tem que ser atualmente no mínimo de R\$ 688,50. Reconheçamos, é um salário muito pequeno, mas nem isso, Deputado Greca, eles querem pagar. Há uma pressão, há um lobby dos poderosos para não votar a lei

que estabelece a obrigatoriedade de toda Administração Pública Estadual pagar, no mínimo, R\$ 688,50. Veja que coraçozinho duro que essa gente tem.

Então, Sr. Presidente, o Projeto de Lei é o nº 006/10, e faço um apelo ao Deputado Reni Pereira que apresente na CCJ o relatório, falei com o Líder Caíto Quintana para que possamos apresentar o requerimento de regime de urgência, salvo que V. Exa., Sr. Presidente, assumo o compromisso de colocar na Ordem do Dia de terça-feira o Projeto de Lei nº 006, que é oriundo da Mensagem nº 008, que é um projeto muito simples. Só para entender, vou ler o projeto para não ter dúvida, porque vêm os lobbystas de plantão.

(Lê):

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que venham a participar ou já participaram de processo licitatório para prestarem serviços em órgãos e empresas públicas da Administração Direta e Indireta do Estado, inclusive as autarquias e sociedades de economia mista, deverão remunerar seus funcionários com, no mínimo, o valor atribuído ao piso salarial do Estado do Paraná.

A presente medida demonstra a preocupação, por parte do Governo do Estado, com relação aos salários de funcionários terceirizados, como serventes, faxineiras e copeiras, que prestam serviço aos órgãos do Estado do Paraná. Atualmente, esses trabalhadores recebem das empresas contratadas pelo Governo menos de R\$ 500 por mês, quase R\$ 120 a menos que o piso regional definido para a categoria.

Esta proposta visa vincular os rendimentos desses funcionários ao salário-mínimo estadual vigente. São milhares de trabalhadores que prestam esse tipo de serviço ao Estado com salário inferior a R\$ 615,10, que é o piso regional definido para a categoria. Com esta proposta, o valor subirá 21,5%, fortalecendo a valorização as pessoas e o nosso piso estadual.

Por último, vale mencionar que os funcionários a serem beneficiados com a nova lei pertencem ao grupo II da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, com trabalhadores em serviços administrativos, domésticos e gerais, vendedores e trabalhadores de reparação. De acordo com o salário estadual, esses trabalhadores já deveriam receber R\$ 615,10. Com o novo aumento proposto pelo Governo, a partir de 01 de maio de 2010, o valor deve subir para R\$ 688,50 (+11,9%). Comparando com o piso nacional, o valor proposto é 35% maior.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

É uma questão de justiça para esses servidores. Se temos justiça nesta Assembleia temos que votar esse pro-

jeto, porque essa é uma aspiração de todas as centrais sindicais dos trabalhadores, é aspiração do Governo e só os lobbystas, os que não querem pagar salário, os que não têm um coração generoso é que podem querer fazer com que as pessoas continuem ganhando o salário-mínimo de R\$ 510. Porque a única forma de superar a desigualdade social neste Estado é com salário, é o único instrumento que temos, e esse instrumento normativo é fundamental para obrigar as empresas a pagar um maior salário. E quem é o contratante? É o Poder Público, que vai pagar melhor para que essas pessoas possam receber salário mais digno e viver melhor.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem o compromisso da Presidência de agilizar ao máximo, aliás foi esta Presidência que encaminhou para a CCJ o mais rápido possível para que fosse lá apreciado esse projeto. Acho totalmente meritório, embora não vote, mas coloco a minha posição favorável a este projeto e tenho a impressão de que cabe aos membros da CCJ, ou à comissão a que ele esteja afeito, ou ao relator, para que tenhamos condições de colocar em votação aqui no Plenário.

Horário das Lideranças:

No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Obviamente que eu não iria usar o horário da Liderança da Oposição, mas diante do pronunciamento feito pelo eminente Deputado Romanelli me vejo na obrigação de fazer o contraponto. Em primeiro lugar, não vamos confundir o balanço patrimonial com o balanço financeiro, são duas coisas bem distintas. V. Exa. não deve ter ouvido quando eu falei que quando a ParanaPrevidência foi criada, foi criada em cima de três pilares: o fundo da Saúde, o fundo previdenciário e o fundo financeiro. E V. Exa. fez seu pronunciamento de acordo com aquilo que falamos: se o Governo repassa para a ParanaPrevidência no fundo financeiro 160 milhões, era para pagar os aposentados que já estavam aposentados quando a ParanaPrevidência foi criada. Se a ParanaPrevidência paga 42 milhões do fundo previdenciário é em relação aos funcionários que se aposentaram no tempo da existência da ParanaPrevidência.

Então, não vamos confundir e vamos esperar essa auditoria, Deputado Romanelli, para ver quem está correto, se V. Exa. ou se nós, mas é importante que a imprensa do Paraná lembre também que até 1998, vamos recuar um pouco mais, quando Roberto Requião foi

eleito Governador em 1990, ele criou um fundo previdenciário no Estado do Paraná e a Assembleia aprovou. Quando tinha milhões e milhões de reais no fundo previdenciário, ou seja, no fundo, o próprio Governador extinguiu o fundo previdenciário, passou a mão nesse dinheiro, jogou o dinheiro no Tesouro do Estado e joga todos os aposentados na folha de pagamento. Isso aconteceu no primeiro mandato do Governador Roberto Requião, todos os aposentados de 1990 a 1994 foram jogados na folha de pagamento. Só depois, com a criação da ParanaPrevidência em 1999 pelo então Governador Jaime Lerner, os aposentados que estavam na folha de pagamento saíram da folha e foram ser pagos pela ParanaPrevidência através do fundo financeiro que V. Exa. falou dessa tribuna, mas procurou confundir.

É importante que se lembre isso. Disse que tem dois fundos: o fundo financeiro, que paga os aposentados que já estavam aposentados, e o fundo previdenciário, que está pagando os aposentados que se aposentaram depois da ParanaPrevidência. Não vamos confundir alhos com bugalhos, e não vamos confundir balanço patrimonial com balanço financeiro. Isso tem que ficar claro. É isso que a sociedade tem que entender.

Neste momento não fiz um pronunciamento inflamado, mas fico revoltado, sim, Deputado Romanelli, quando você tem um fundo previdenciário criado no Estado para dar segurança para os nossos funcionários, para dar segurança às futuras administrações do Estado do Paraná, que não precisariam se preocupar com os aposentados. Da forma como está eles têm que se preocupar. Eu fui muito claro, não é neste momento que vai se refletir, que vai falir a ParanaPrevidência, mas a ParanaPrevidência vai se complicar daqui a 10, 12, 15 anos. Talvez não estejamos mais aqui na Casa, um ou outro Deputado sim, mas as notas taquigráficas vão confirmar que nos preocupamos que o Governo do Estado não honrou com os seus compromissos, que o Governo do Estado não fez os recolhimentos que devia recolher para a ParanaPrevidência. Ele não fez. E o déficit existe e foi confirmado pelo Tribunal de Contas, quando nós analisamos as contas, o balanço, mesmo antes do Tribunal de Contas, nós falamos isso na Audiência Pública quando pegamos:

(Lê):

O ativo realizável a longo prazo e o passivo exigível a longo prazo. Se compararmos com o ano de 2008, a diferença passou de R\$ 3.325,8 bilhões para R\$ 4.213,4 bilhões, logo um crescimento de R\$ 887,6 bilhões ou 26,68%.

E o mais grave é que enquanto o ativo realizável cresceu 7,89% no período de 2008 para 2009, o passivo exigível saltou 15,23%, passando de R\$ 8.516,4 para R\$ 9.814,0 bilhões.

Isso demonstra que a entidade necessita de mais recursos, seja pelo recebimento de seus haveres, seja pelo aumento das alíquotas de contribuição ou finalmente pela alteração do modelo do Plano de Custeio vigente, medida não implementada pelo Governo.

Por outro lado, o déficit técnico cresceu entre 2008 e 2009, 3,14%, passando de R\$ 245,8 milhões para R\$ 1.017,8 bilhão.

	2008	2009	%
Ativo realizável longo prazo	R\$ 5.190,6	R\$ 5.600,6	7,89
Passivo exigível longo prazo	R\$ 8.516,4	R\$ 9.814,0	15,23
Diferença	R\$ 3.325,8	R\$ 4.213,4	26,68
Déficit técnico acumulado	R\$ 245,8	R\$ 1.017,8	314,0

Depósitos a receber do Estado em 31/12/09 R\$ 180.756,4 milhões (pág. 358 do Balanço 2009)

Como destacado no parecer atuarial dos exercícios anteriores - 2007 e 2008, os resultados apresentados na reavaliação atuarial deste exercício, mantém o pressuposto de cumprimento, nos termos indicado na Nota Técnica SEAP/DSF-NT-004/05, de 14/02/05, emitida pelo Departamento de Seguridade Funcional, acatada pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, do Plano de Custeio estabelecido pela Lei Estadual nº 12398, de 30/12/98, e Nota Técnica Atuarial JM/0407/97, de 24/02/97 e JM/2148/99, de 11/10/99, da decisão do Estado do Paraná, em manter vigente, em sua totalidade, o custeio proposto, onde se estabeleceu que a ausência de qualquer contribuição prevista no custeio original relativamente aos segurados ativos, inativos e pensionistas vinculados ao fundo de previdência seria suportada por um aporte de igual valor por parte do Estado do Paraná, que não ocorreu.

E agora querer dizer que a ParanaPrevidência não corre risco! Neste momento não. Lógico que a ParanaPrevidência tem recursos, mas esses recursos vão ficar até quando? Da forma como está? Fui muito claro. E vai se levantar quando? Quando fizer auditoria independente com empresa especializada.

Temos inúmeras pessoas no Brasil afora que são especialistas na questão previdenciária. E temos no Paraná uma pessoa que é referência na previdência privada, é referência na criação de fundos previdenciários públicos também, que chama-se Renato Folador. Foi ele que criou a ParanaPrevidência, que foi referência para o Brasil, para os Estados e Municípios. Ora, foi um trabalho e estudo de anos e anos para que isso fosse implantado. Agora, se você cria um fundo previdenciário com cálculo atuarial, com capitalização de ativos, como disse antes, com antecipação de royalties, com a venda de ativos, com a venda de bens do Governo do Estado, quando a própria ParanaPrevidência compra, sim, papéis federais, ela tem seu ativo. Tem, claro que tem capital. Mas até quando vai esse capital? Está aqui no balanço, o déficit está aumentando, ano após ano. Quanto tempo levará?

Quantos aposentados teremos daqui 10 anos? Quantas pessoas teremos contribuindo? Não no fundo financeiro, porque o fundo financeiro daqui uns anos acaba. Porque no fundo financeiro só são pagas as pessoas que estão aposentadas antes da formação da instituição ParanaPrevidência. Mas o fundo previdenciário não, esse vai crescer, e muito.

Quantos funcionários temos na ativa hoje, que daqui a 20 anos estarão todos aposentados? Qual é o capital que teremos então? Qual é o lastro que temos na ParanaPrevidência, no fundo previdenciário, para saldar efetivamente esse compromisso? Foi esse questionamento que fizemos. Agora fica a minha palavra contra a palavra do Deputado Romanelli.

Mas o balanço está aqui para conhecimento de todos. A análise do Tribunal de Contas e o alerta foram feitos desde 2007, 2008, 2009 e agora em 2010. Os técnicos do Tribunal de Contas não fariam alertas, recomendações e até determinações ao Governo do Estado, que nenhuma foi cumprida, se não existissem irregularidades, se não existisse a falta de compromisso com a ParanaPrevidência. Mas agora digo, com a contratação dessa auditoria sim, aí a verdade será esclarecida e os fatos serão narrados.

É lógico, essa auditoria que o Tribunal de Contas vai contratar não terminará o seu trabalho em um mês, dois meses, três meses. Haverá dias, semanas e meses para concluir o seu trabalho.

Mas quero parabenizar os técnicos do Tribunal de Contas, o Conselheiro Fernando pelo seu relatório que tem feito e que tem ido ao fundo, tem ido na ferida da ParanaPrevidência, tem levantado essa questão, chamado mais uma vez a atenção por parte do Executivo Estadual para que não brinque com a ParanaPrevidência, para que não se brinque com o fundo que foi criado para o bem da Administração Pública, porque não é admissível quando você cria o fundo e alguém não cumpre.

O Roberto Requião é especialista, no seu primeiro mandato criou e acabou com o fundo, pegou o dinheiro, colocou tudo no Tesouro do Estado e jogou os aposentados na folha de pagamento. Basta que alguém depois viesse fazer essa correção. Vamos ter consciência. Vamos ter juízo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Falar depois da Liderança do Governo, da Liderança da Oposição, nos consolida com uma posição de independência, nem à esquerda e nem à direita, mas quem sabe, sem uma falsa modéstia, à frente dessa dicotomia toda.

Subi à tribuna para dar, primeiro, continuidade ao meu pronunciamento de ontem, quando falava das disparidades e qualidades de vida entre a nossa Região Metropolitana e a Capital Curitiba.

Curitiba com um PIB de 21,025, Rio Branco com 14.444 e Itaperuçu com 5,518.

Deputado Dobrandino, quando me elegi Deputada Estadual tive votos na Cidade de Araucária, Contenda, um pouco na Lapa e, para não dizer que não fui buscar votos em outros Municípios, um dia viajei e passei uma tarde em Piraí do Sul, onde tive cerca de 28 votos. Conheço bem essa região, e agora estou pretendendo disputar uma cadeira maior e isso me leva a sair do meu reduto e ir conhecer o resto do Paraná e principalmente da Região Metropolitana.

Quero terminar o meu pronunciamento de ontem registrando mais alguns índices, como a coleta de esgoto: Curitiba com 98%, Rio Branco com zero e Itaperuçu com zero. Como é que queremos elevar o IDH dessas Cidades se a questão de saneamento é relegada a último plano? Taxa de pobreza: Curitiba 8%, Rio Branco do Sul 31% e Itaperuçu 35%. E um outro dado é a taxa de analfabetismo. A UNESCO coloca que quando um Município tem menos de 4% de sua população analfabeta, esse Município é considerado território livre do analfabetismo. No Paraná, dos 399 Municípios, só 37 se enquadram dessa forma, e Curitiba é uma delas que tem índice de analfabetismo menor do que 4%, sendo que Rio Branco tem 16% e Itaperuçu 15%. Mas essas Cidades são muito perto da Capital e nossa política terá que fazer com que Curitiba irradie essa riqueza para os demais Municípios.

Também temos outros Municípios da Região Metropolitana com IDH abaixo de sete, como Doutor Ulisses, Campo do Tenente, Cerro Azul, sendo que Doutor Ulisses está no rodapé dos nossos índices no Paraná. Enquanto o Estado do Paraná tem um IDH de 0,820 e Curitiba de 0,856, Doutor Ulisses tem 0,627. E tudo isso me leva a considerar que não podemos brigar por outras coisas que não seja uma profunda reforma tributária, uma forma de fazer com que a riqueza do nosso Estado permeie aos outros Municípios do Estado do Paraná.

Já falei aqui desta tribuna e vou repetir que um levantamento mostrou que em 2009, dos 399 Municípios do Paraná, 188 encolheram e provocaram aqui na nossa Cidade, na nossa Curitiba e no entorno de Curitiba, um inchamento, ou seja, um crescimento desordenado, onde todo mundo paga o preço. Itaperuçu não tem agência bancária, mas tem Prefeitura e Câmara de Vereadores.

Concedo um aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Quero lhe dizer, Deputada Rosane, que não consegui fazer casas da COHAPAR e nem do Minha Casa, Minha Vida em Itaperuçu. Uma vez quis levar para lá um aterro de compostagem sanitária, arrumei a firma, a tecnologia, o recurso, o projeto, e um parente de um agente público pediu dinheiro mensal para o homem que iria

fazer o aterro de lixo, queria mesada, queria mensalão para permitir e resolver o problema do aterro sanitário da Cidade. É muito triste isso. Ali não há governança.

Agora, quero lhe dizer uma outra coisa: o IPEA mostrou que no começo do Governo Requião era de 32% o número de pobres no Paraná, eram 32 pobres em cada 100, e eram 17 miseráveis em cada 100 paranaenses no começo do Governo Requião. Hoje temos em cada 100 paranaenses 14 pobres e cinco considerados ainda abaixo da linha da pobreza, ou miseráveis. Isso tende a diminuir, disse que em 2012 isso acabará se persistir o Leite das Crianças, se persistir o Luz Fraterna, se persistir a Tarifa Social da Água, se persistir o maior salário-mínimo do Brasil, no Paraná o investimento em Habitação e Saúde.

A Assembleia deu a sua contribuição ainda antes de eu estar aqui, quando eu ainda presidia a COHAPAR, votando a inclusão na Constituição das políticas públicas de opção pelos pobres do Governo Requião.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Obrigado. Mais uma preocupação. Se o senhor coloca que a taxa de pobreza segundo o IPEA no Paraná está em 15%, mais um problema para vermos com carinho todo o Vale do Ribeira. A taxa de pobreza em Rio Branco é o dobro disso e em Itaperuçu também o dobro dessa colocação.

Então, quero finalizar para que eu não retome essa questão, dizendo o seguinte: precisamos fazer com que a riqueza do nosso Estado reflita na vida das pessoas, de todas as pessoas. Não é possível termos diferenças tão acentuadas em distâncias tão pequenas. E uma questão que me chamou a atenção, por que ontem eu falei de Itaperuçu e falei de Rio Branco? Foi porque estive nessas Cidades no final de semana. Mas agora um alerta para finalizar o meu pronunciamento, numa reunião com cerca de 60 pessoas questionei em quem essas pessoas votavam, quem eram os Deputados, e vou concluir dizendo isso: a grande maioria, Deputado Pastor Edson Praczyk, não sabia ou não lembrava em quem votava. Para Estadual ainda consegue determinar uma ou outra pessoa e pontua uma ou outra liderança; para Deputado Federal as pessoas simplesmente não lembram em quem votaram há quatro anos atrás. A minha mãe tem 4ª série primária, uma pessoa bastante simples, mas eu cresci ouvindo isso: “É o olho do dono que engorda o porco”. Cuidado, cuidado, votar com responsabilidade.

O Deputado Greca disse que Itaperuçu não tem governança. Eu quero falar diferente disso: temos que mudar a política para que as outras políticas, de Saúde, de Educação, mudem a nossa vida. Então, temos que cuidar como usamos o nosso título de eleitor.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/n de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 02 de agosto do corrente ano, devido ao fato de estar em compromisso em Maringá e região. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2941, de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente, justificando ausência na Sessão Plenária de 04 de agosto (hoje) da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Péricles de Mello, em razão de estarem participando de audiência com o Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para tratarem do tema, largamente discutido na Assembleia Legislativa do Paraná, o caso VIZIVALI. A referida audiência será realizada hoje às 14 h na Capital Federal. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2941 “B”, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 04 de agosto do corrente ano, por estar representando esta Casa de Leis, no interior do Estado. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 428/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Diogo Portugal. **Aprovada. (Publ. no DA nº 063/07, de 12/06/07, em Projetos de Lei).**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pastor Edson Praczyk) **(Procede à chamada nominal)**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito aos Srs. Deputados que digitem novamente as suas senhas.

O SR. PEDRO IVO (PT) **(Pela Ordem)**

Gostaria de justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Péricles de Mello que estão em audiência com o Ministro da Educação sobre a problemática da VIZIVALI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já estava justificado desde ontem. A Deputada já havia comunicado esta Casa. Temos apenas 21 Deputados. **Portanto, não há quórum para votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exa. que, na próxima semana, consultasse os gabinetes dos Parlamentares, se eles têm condições de permanecer na quarta-feira de manhã ou então manteremos a Sessão no Horário regimental. Isso fica muito ruim para a Assembleia legislativa. Encerrar a Sessão numa pauta que não tem assuntos relevantes devido o reinício dos trabalhos fica ruim para esta Presidência e para os Parlamentares da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço, Deputado Caíto Quintana, sempre com equilíbrio e cabe muito bem a questão de ordem, mas ontem conversamos com todos os Deputados e houve uma unanimidade, quase que total, que preferiam que a Sessão fosse realizada pela manhã, para que os Deputados pudessem ter sua tarde livre, para o exercício natural da campanha eleitoral. Infelizmente, estamos com 22 Deputados apenas. Chegamos a 31 Deputados, mas que foram embora, que não permaneceram até o final da Sessão, o que é uma pena.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Gostaria de dar uma sugestão. Hoje tivemos quórum. Que se pudesse votar a ordem do dia antes, deixando os pronunciamentos para depois, no Grande Expediente e no Horário das Lideranças. Seria uma forma de solucionar isso.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Acho que a maioria faltou por causa do frio. Os Deputados estavam com medo do frio.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Já fui questionado pela imprensa, segunda-feira, hoje de novo, sobre as Sessões da Assembleia Legislativa. Vamos deixar uma coisa bem clara: Não é a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, são todas as Assembleias Legislativas de nosso Brasil, que estão em período eleitoral. É importante que se diga isso e que fique registrado, aqui na Assembleia Legislativa, nas notas taquigráficas, nos Anais da Casa. Os Deputados Federais só têm Sessão na primeira semana de agosto, apenas até amanhã e no resto do mês não tem mais Sessão na Câmara dos Deputados. Em setembro, os Deputados Federais terão Sessão só na primeira semana de setembro e depois não terão mais Sessões.

Mas não é isso que estamos propondo aqui. O que estamos propondo é um entendimento, para que possamos efetivamente dentro daquilo que os Deputados Caíto Quintana e Ademir Bier têm levantado, para que possamos fazer um esforço concentrado, talvez, porque não tenha matéria importante. Se olharmos a pauta da Ordem do Dia, hoje ou amanhã a imprensa vai dizer que caiu a Sessão por falta de quórum. Mas é porque não há matéria importante, que tenha interesse para Administração do Estado do Paraná.

Tenho declarado sempre, independente de Bancada do Governo ou de Oposição, quando existe uma matéria de interesse da Administração Pública Estadual, os Deputados sempre estão presentes. Temos que estudar quando faremos as Sessões, nas segundas e terças apenas, ou fazer na quarta à tarde ou de manhã, agora no mês de agosto. Mas tem que se estudar o mês de setembro, porque isso sempre aconteceu.

Estou aqui no quinto mandato e todo ano eleitoral, sempre quando há eleições para o Governo, para Deputado, reduziu-se o número das Sessões. Mas os projetos importantes de interesse da Administração Pública, sempre foram votados. Tenho certeza de que isso também não vai acontecer esse ano. Os Deputados estarão presentes, quando houver um projeto de interesse da Administração Pública Estadual, a ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Douglas Fabrício e na sequência ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Presidente, é claro que têm alguns projetos que podem ser até mais importantes. Quero discordar do meu Líder, que senão fossem importantes, eles não precisariam estar na pauta.

Sou da opinião de que todos nós aqui somos Deputados, eleitos pelo povo. V. Exa. está aí presidindo a Sessão, eu estou aqui e somos todos iguais. Estamos em campanha eleitoral e somos concorrentes. Ou estamos aqui trabalhando, ou estamos em campanha. Temos que

ser duros agora. A Assembleia ficou com uma imagem negativa lá fora, por coisas do passado, de quem está pagando, às vezes, pelo que não fez. V. Exa., como Presidente pagou a parcela maior.

Sugiro que: quem não vier trabalhar, que seja descontado do salário. Talvez, isso não faça falta no bolso de alguns, mas de outros sim. A população tem que saber quem está faltando, aqui, quem não vem à Sessão. É época de eleição e é sério. Sempre foi sério, mas agora muito mais ainda. Tem-se que descontar salário, verba, tudo isso para aqueles que não vierem trabalhar. Ou moralizamos, ou perdemos a vergonha, no sentido de pedir voto para o povo. O povo vai falar: “Vou votar para você para ir lá fazer o que fizeram? Vou votar para você não ir lá me representar?” Não.

Estou aqui e quero ser coerente. V. Exa. tem que ser duro agora, porque o povo exige que os Deputados sejam respeitosos. Campanha é campanha, trabalho é trabalho. Agora estamos num momento de trabalho. Podemos fazer campanha sexta, sábado, domingo, durante a noite, feriados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Acho que o que é combinado não é caro. Combinamos que teríamos Sessões quarta-feira pela manhã. Teríamos que ter pelo menos quórum para isso. Vejo aqui pessoas do interior, que estão esperando para viajar e estão até agora firmes para que houvesse o quórum. E nós ficamos apenas com 22, faltaram seis. Com a palavra Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, queria primeiramente discordar do Deputado Elio Rusch. Acho que todo projeto que está na pauta é importante, porque foi apresentado por um membro deste Parlamento ou veio através do Governo. Essa questão de cumprir o horário das Sessões, sempre foi assim. No passado teve coisas erradas e estamos pagando hoje. O passado está morto. O trabalhador não pode faltar a um dia de trabalho. Temos que dar o exemplo, não podemos faltar.

E queria fazer uma questão de ordem a V. Exa., o Deputado chega aqui, marca o seu número e vai embora. Acho isso desleal com todos os companheiros. Vou dar um exemplo, o Deputado Douglas Fabrício está aqui enquanto os outros Deputados do seu partido estão fazendo campanha. Isso é desigualdade eleitoral. Enquanto uns estão aqui trabalhando, os outros estão lá. E V. Exa. como Presidente da Casa, tem por obrigação cumprir o Regimento que determina, que o Deputado que faltar Sessões e não justificar deve descontar do salário e pode até perder o mandato porque a Legislação é muito clara. O nosso Regimento Interno fala nisso. Não podemos esquecer, nossas Sessões são públicas, qualquer cidadão está acompanhando pela televisão e sabe quem está. O

nosso painel, com toda certeza está a nos enganar em alguns momentos. Porque começamos a Sessão com 10 e estamos com 22. Pergunto a V. Exa.: quando um Deputado vem, bate o cartão e vai embora ou não fica até o fim da Sessão, e temos um caso como este agora, ele tem falta ou não? O que podemos fazer? Não podemos continuar assim, Sr. Presidente. São duas, três Sessões por semana, é tão fácil vir a três Sessões.

Essa é minha questão de ordem, Deputado que abandona a Sessão e não fica até o fim, desconta-se ou não?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, só para deixar claro, quando falei nenhum projeto importante é na questão administrativa. Jamais vou desmerecer qualquer projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Entendemos perfeitamente.

Com a palavra Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Quero fazer a seguinte questão de ordem: a Câmara Federal acaba de anunciar os mais faltosos. Inclusive, tem uma matéria na Gazeta do Povo hoje colocando quem são os mais faltosos Deputados do Brasil.

Gostaria que V. Exa. colocasse publicamente quais os mais faltosos da Assembleia Legislativa do Paraná, porque tem alguns, inclusive aqui de Curitiba que são efetivamente os mais faltosos e tem Deputados que são do interior que tem uma dificuldade enorme, por exemplo o Belinati que vem de ônibus de Londrina, está aqui em todas as Sessões.

Então, acho assim que se tornando público os ausentes, os mais ausentes e os mais presentes, vamos fazer justiça àqueles que se fazem presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero crer, Deputados, que temos que ter equilíbrio e bom senso. Precisamos de quórum, precisamos cumprir com o nosso papel. Não é bom encerrarmos uma Sessão por falta de quórum. Isto não combina com a cara da Assembleia que tem feito o possível para melhorar sua imagem. Fizemos o apelo, combinamos quarta-feira de manhã, sim. Se fosse quarta-feira à tarde seria quarta-feira à tarde. Ainda levantei a questão, perguntei ontem ao Deputado Jocelito Canto, os radicalistas têm prejuízo porque trabalham durante esta hora - não, não, estarei aqui.

Então, é tão pouco o sacrifício, entre aspas, de estar aqui presente num momento como este que eu faço um apelo, conversamos com as lideranças de todos os partidos. Se fosse uma imposição da Mesa, eu concordo,

eu disse: olha, vamos ver como a coisa vai andar em agosto - quando chegar em setembro que daí estamos mais próximos, podemos eventualmente fazer uma ou outra alteração, mas não vamos abrir mão de que quarta-feira haja Sessão. Vamos ter matérias importantes: "Ah, não tem nada importante". Se você não votar em primeira, em segunda discussão e redação final, não vale o projeto, ele pára. Temos requerimentos importantes. Temos PECs a serem votadas. Estou com todas elas aqui na minha mesa. Esta semana vamos ter coisas importantes a serem votadas, mas é importante que o pessoal colabore.

Entendo que todo mundo está em campanha e nem pode ser diferente.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Rapidamente. Historicamente desde o início desta legislatura tínhamos quatro Sessões Ordinárias semanais: segundas, terças, quartas e quintas. A Sessão de sexta nunca fizemos.

Uma sugestão: quero que tenhamos Sessões produtivas, com quórum, uma sugestão para estudo. Talvez pudéssemos fazer Sessão na segunda de manhã e a tarde, na terça pela manhã e a tarde, num esforço concentrado, mantendo as quatro Sessões semanais como historicamente sempre fizemos e quem sabe pudéssemos trabalhar com a liberação da quarta.

O que é ruim, na verdade, é o que aconteceu hoje: tivemos um quórum até significativo no início, fechamos agora a Sessão por falta de quórum, mas durante quase toda a Sessão tínhamos três, quatro, cinco Deputados presentes na Sessão e a fotografia que estará amanhã estampada nos jornais, como estavam ontem, é o plenário com dois, três, quatro Deputados.

O senhor sabe que estou entre, - procuro sempre estar aqui, - estou entre os Deputados com uma assiduidade considerável.

Então, sugiro isso também para estudo na sequência, entendendo que as campanhas realmente vão acontecer de uma forma ou de outra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado. O importante é que todos colaborem. Isso é importante.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 2931, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2932, 2939 e 2940, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2933 a 2938, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 025/10.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 428/07 e 222/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 124, 183 e 185/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 396/09; 051, 061 e 244/10.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 037/09.

Levanta-se a Sessão.

